Jornal do CFFa

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

BRASÍLIA - ANO VIII - Nº 30 - JULHO/AGOSTO/SETEMBRO DE 2006

Participação sindical a favor do empregado e do profissional liberal

Perdemos Fábio Lessa

TITULO DE ESPECIALISTA: CONCURSO SERÁ EM 10 DE DEZEMBRO

Venha partilhar suas experiências conosco

Venha partilhar conosco suas experiências e suas expectativas na mesa-redonda sobre "Mercado de trabalho: contratação e atuação profissional", durante o XIV Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, a se realizar de 4 a 7 de outubro de 2006 em Salvador (BA). A mesa-redonda é organizada pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, em conjunto com os oito Conselhos Regionais da profissão e será realizada no dia 6 de outubro, no horário de 10:45 às 12:12horas. Sua presença, opinião e questionamentos são muito importantes para a afirmação da Fonoaudiologia nas áreas da Saúde e da Educação.

A presença dos Conselhos Federal e Regionais no congresso da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia também inclui um estande e uma sala para troca de informações. Nesses espaços, durante todo o tempo do congresso, os Conselhos de Fonoaudiologia estarão à disposição para transmitir informações sobre a profissão e as medidas que estão sendo adotadas em cada região em defesa do profissional e do usuário de seus serviços e, ao mesmo tempo, ouvir os profissionais em suas críticas e anseios.

No congresso será apresentada a campanha de valorização da profissão que está sendo elaborada pelos Conselhos de Fonoaudiologia, para veiculação ainda neste ano. Também durante o encontro em Salvador, o CFFa divulgará o resultado do levantamento que realizou em relação a todas as leis municipais e estaduais que estão em vigor e que, de alguma forma, relacionam-se com a Fonoaudiologia, para que sejam acompanhadas em sua execução e sirvam de modelo para sua extensão a outras regiões brasileiras.

Estarão disponíveis documentos fundamentais para uma atuação resolutiva do fonoaudiólogo, como o Manual de Biossegurança, entre outros documentos de interesse da categoria.

Ainda no estande você poderá dar sugestões sobre os procedimentos realizados para a elaboração da segunda edição da Classificação Brasileira de Procedimentos Fonoaudiológicos. Participe da mesa-redonda, com sua presença e sua voz. Compareça ao estande e à sala dos Conselhos! Estaremos lá aguardando sua visita!

► MERCOSUL

CFFa participa de Oficina sobre Saúde no Mercosul

O CFFa participou, por intermédio de sua diretora tesoureira, fonoaudióloga Giselle de Paula Teixeira, de encontro que discutiu as questões de Saúde no âmbito do Mercosul, dentro do 11º. Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º. Congresso de Saúde Coletiva da Abrasco realizado no Rio de Janeiro no final de agosto. A oficina ocorreu nos dias 21 e 22 e teve como tema "A saúde no Mercosul, Estágio Atual, Desafios de Integração e Perspectivas", com a participação de representantes dos países partes, seus ministros da Saúde ou representantes, o subgrupo de trabalho GT11 do Brasil, representantes de alguns consulados e da Vigilância Sanitária, entre outros.

A agenda de discussão foi composta por um histórico das legislações e dos avanços do Mercosul, desde sua criação até hoje, enfocando principalmente a necessidade de se atender não somente a proposta de constituição de um mercado econômico para a América Latina, mas ampliando a integração dos países, em suas totalidades e no desafio de suas assimetrias e heterogeneidades. Consideraram-se todos os aspectos envolvidos, inclusive a necessidade de prioridades na área social e da saúde, acima da política dos Governos e sim como política de Estado .

A saúde no Mercosul tem dois sítios de informação, em *http://www.mercosulsaude.org* e *http://www.mercosul-salud.org*.

▸ ÍNDICE

02 Congresso CBFa Mercosul

03 Editorial

04 Abrasco
O que é legal

05 Sindicatos de Fonoaudiologia

09 Sindicalismo no Brasil

11 Rede Unida

12 Homenagem

14 Ato Médico

16 Atuação Multidisciplinar

20 Acupuntura no SUS

21 CFFa em Ação

24 Jogos da Voz

25 Libras

27 CFFa em Ação

▸ EDITORIAL

Para ajudá-los a conhecer melhor os sindicatos de Fonoaudiologia existentes no país, a matéria principal desta edição versa sobre esse tema. Em que pese à diversidade regional, observamos dois fatores que os unem: a responsabilidade de creditar forças, com e para o profissional, por melhores condições de trabalho – seja autônomo, seja empregado – e o desafio da sustentabilidade dessas entidades, que sofrem em virtude do absoluto desligamento da consciência do profissional que não se valoriza no dia-a-dia. Espero sinceramente que essa matéria contribua para a compreensão da importância e da premência de fortalecer tais entidades. Toda profissão, para crescer validada numa sociedade, necessita de representações diferentes para cada função. A Fonoaudiologia em nada difere disso. Senão vejam: discutindo as questões do Mercosul com o governo, apesar de não termos federação, abriu-se uma vaga para os nossos sindicatos, a pedido do CFFa, para participar das discussões trabalhistas, pois nem o Conselho nem a sociedade podem nos representar nessa discussão.

Cada canal tem seu público. É o que sabemos.

Pense na nossa, na sua profissão, procure seu sindicato e participe dessa importante empreitada!!! Faça parte da história. Não a deixe acontecer à margem da sua existência. E, se tiver dificuldades, o CFFa está disponível sempre.

Quero, ainda, muito trazer para cá a nossa participação na Educação. Nossa vitória em relação à não-redução da carga horária dos cursos mostra a força que podemos ter em conjunto.

E, acima de tudo, na escolha dos nossos candidatos, conselheiros regionais, deputados estaduais, distritais e federais, questionemos e avaliemos qual o posicionamento deles sobre a Educação, principalmente no que diz respeito à Reforma Universitária e ao Mercosul. O governo vem achatando e desqualificando nossa formação com o discurso de "tornar a escola mais acessível" há mais de cinco anos. Verdade, mais pessoas têm-se mantido na escola. Mas que exigência caracteriza essa formação? Que formador temos? Qual o perfil de ingresso para cada curso? Como diminuir a carga horária dos cursos ou estimular a formação tecnológica, se, na seqüência, não há subsídio nem apoio por meio de políticas adequadas do próprio governo para educação continuada? De que se vale referenciar no ideal da educação da Europa, se nossas realidades social, histórica, econômica e política não são as mesmas? Há 12 anos nossos governos legislam por medidas provisórias, uma excrescência na democracia legítima. Quando um projeto de lei sobre reforma universitária possui 368 emendas, não há interesse em discutir com a sociedade e sim dificultar o processo. A burocracia no Brasil é a forma como se impede a participação legítima das pessoas. *"Se você focaliza sua atenção nos resultados, você nunca irá mudar. Se você focaliza em mudar, você obterá resultados"* (Jack Dixon). Mudar a forma de conduzir nosso voto, contribuir não aceitando simplesmente o que os conselhos fazem, mas integrando sua participação nessa entidade e em entidades científicas e sindicais.

A base da sociedade é a família. E a do indivíduo é a educação. E assim é também para que o profissional, além do conhecimento técnico-científico, possua embasamento sociopolítico do mercado e do próprio trabalho, para que nossa profissão se mantenha reconhecida e respeitada. A formação do nosso profissional se inicia na educação básica e deságua em nossa competência como formadores e preparadores. Os sindicatos estão em dificuldades, assim como diversas associações, pois não fomos formados para essa cultura de participação política e democrática. Mas isso não pode impedir que comecemos a nos educar para tal.

Encerro agradecendo a todos por favorecerem a mudança do CFFa. Por meio dela, colhemos resultados. Mais um deles foi nossa eleição como primeiro suplente do Conselho Nacional de Saúde. Em quase 70 anos de existência, é a primeira vez (!) que ocorre o processo eleitoral, e nós tivemos o privilégio de participar. Não concorremos à titularidade, porquanto sabemos qual o caminho que devemos percorrer e que tudo tem sua hora certa. Esperamos mesmo contribuir para que vocês repensem (e reajam) sua visão quanto a participar das entidades que representam a nossa Fonoaudiologia e garantimos que os resultados serão cada vez melhores, uma vez que, no final, você, eu, nós, é que mudamos o coletivo. E afinal, *"por que cometermos os mesmos erros, se há tantos erros novos a cometer?"* (Brecht).

Boas eleições, boas mudanças.

CFFa participa de painel no congresso da Abrasco

A presidente do CFFa, Maria Thereza Mendonça de Carneiro Rezende, foi uma das palestrantes do painel "Pacto pela Democratização e Qualidade da Comunicação e Informação em Saúde", em 23 de agosto, durante o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva realizado no Rio de Janeiro (RJ).

O evento - o maior de saúde pública/coletiva já realizado na América Latina - reuniu autoridades nacionais e internacionais, pesquisadores, gestores e profissionais de saúde para a troca de experiências e o debate de questões e políticas de Saúde. Realizado de 21 a 25 de agosto, sob o patrocínio da Abrasco - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, o congresso teve sua programação construída de forma a contemplar em quatro eixos temáticos as diversas dimensões do temário central "Saúde Coletiva em um mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas".

A programação incluiu a apresentação de mais de nove mil trabalhos científicos, conferências, debates, palestras, mesas redondas, mostra de vídeos e painéis na área de Saúde Pública, além de uma mostra - a Expo Saúde, com mais de 70 estandes - e o lançamento de 25 novos títulos de livros ligados à área.

Em paralelo ao evento nacional, ocorreu também o 11º Congresso Mundial de Saúde Pública, organizado pela Federação Mundial de Associações de Saúde Publica *(World Federation of Public Health Associations/WFPHA)*, entidade que congrega 70 associações de Saúde Pública em todo o mundo, entre as quais a Abrasco.

Resolução CFFa nº 332, de 28 de julho de 2006, "dispõe sobre jurisdição dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Regiões, e dá outras providências".

Resolução CFFa nº 333, de 29 de julho de 2006, "dispõe sobre a revogação do art. 3º e parágrafo da Resolução CFFa nº 331/06, e altera a redação do item V do artigo 5º da mesma Resolução".

Resolução CFFa nº 334, de 29 de julho de 2006, "dispõe sobre os critérios para organização de cursos de especialização com vistas à pontuação voltada para o concurso de provas e títulos , com o objetivo de obtenção de título de especialista no âmbito da Fonoaudiologia".

Resolução CFFa nº 335, de 29 de julho de 2006, "dispõe sobre a aprovação do Regimento Eleitoral do 9º Colegiado do Conselho Federal de Fonoaudiologia, e dá outras providências".

► EXPEDIENTE

8º COLEGIADO DO CFFa
GESTÃO ABRIL/2004 A ABRIL/2007

DIRETORIA EXECUTIVA:

Maria Thereza Mendonça C. de Rezende
Presidente

Celina Pieroni de A. Rezende
Vice-Presidente

Ana Elvira Barata Fávaro
Diretora Secretária

Giselle de Paula Teixeira
Diretora Tesoureira

Conselheiros Efetivos:
Giselle de Paula Teixeira
Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira
Celina Pieroni de A. Rezende
Maria Thereza Mendonça C. de Rezende
Ângela Ribas
Patricia Balata
Hyrana Frota Cavalcante
Silvia Maria Ramos
Ana Elvira Barata Fávaro
Nádia Maria Lopes de Lima e Silva

Conselheiros Suplentes:
Maria Luisa Valor Y Rey Pires
Simone Vieira Pinto Braga
Marcia Regina Gama
Mara Susana Behlau
Bianca Simone Zeigelboim
Maroli Barreto Carvalho
Maria Salete Fontenele Macêdo
Marcia Regina Salomão
Denise Brandão de Oliveira Britto
Zulmira Osório Martinez

Comissões:
COMISSÃO DO MERCOSUL:
Maria Thereza Mendonça C. de Rezende (Presidente)
Ângela Ribas
Giselle de Paula Teixeira
Patricia Balata

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA
Ana Elvira Barata Fávaro (Presidente)
Angela Ribas
Nádia Maria Lopes de L. e Silva

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Hyrana Frota Cavalcante (Presidente)
Nádia Maria Lopes de L. e Silva
Ana Lúcia Rodrigues Torres
Joelma Camilo Donato

COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS
Maria Lúcia Feitosa Goulart da Silveira (Presidente)
Hyrana Frota Cavalcante
Silvia Maria Ramos

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO e COMUNICAÇÃO VIRTUAL
Hyrana Frota Cavalcante (Presidente)
Maria Thereza M. Carneiro de Rezende
Patrícia Balata
Silvia Maria Ramos
Maroli Barreto Carvalho
Márcia Regina Gama
Maria Salete Fontenele Macêdo
Maria Luisa Valor Y Rey Pires
Zulmira Osório Martinez

CATECE – Comissão de Análise de Título de Especialista e Cursos de Especialização
Celina Pieroni de A. Rezende (Presidente)
Nadia Maria Lopes de Lima e Silva
Ângela Ribas
Maria Thereza Mendonça C. de Rezende
Patrícia Balata
Denise Brandão de Oliveira Britto
Márcia Regina Salomão
Maroli Barreto Carvalho

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO e FISCALIZAÇÃO e LEIS E NORMAS
Ângela Ribas (Presidente)
Celina Pieroni de A. Rezende
Ana Elvira Barata Fávaro
Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira

CEDUC
Silvia Maria Ramos (Presidente)
Angela Ribas
Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira
Ana Elvira Barata Fávaro
Denise Brandão de Oliveira Britto
Bianca Simone Zeigelboim
Márcia Regina Gama
Márcia Regina Salomão

COMISSÃO DE SAÚDE
Ana Elvira Barata Fávaro (Presidente)
Nádia Maria Lopes de L. e Silva
Maria Lucia Feitosa Goulart da Silveira
Hyrana Frota Cavalcante
Giselle de Paula Teixeira
Ângela Ribas
Maria Salete Fontenele Macêdo
Márcia Regina Salomão
Zulmira Osório Martinez
Maroli Barreto Carvalho
Maria Luisa Valor Y Rey Pires

JORNAL DO CFFa

Editor
Elisiario E. do Couto (MTE 8.226)

Produção editorial
Insert Consultores em Comunicação Ltda.
Tel. (11) 5524-8762
e-mail: insert21@uol.com.br

Produção Gráfica
Technoarte Bureau

Diagramação
Otto Luiz Adão

Capa
A. Castro

Revisora
Cristina Victor - RJ13248JP

Impressão
Tipografia Brasil e Editora Ltda.

Tiragem
31 mil exemplares

Para anunciar:
tel. (011) 5524-8762
e-mail: insert21@uol.com.br

Como entrar em contato com o Jornal do CFFa: SRTVS Quadra 701, Edifício Palácio do Rádio II, Bloco E, Salas 624/630
CEP 70.340-902 – Brasília – DF - Fones: (0xx61) 3322.3332/3321.5081/3321.7258 • Fax: (0xx61) 3321.3946
E-mail: fono@fonoaudiologia.org.br • Sitio: www.fonoaudiologia.org.br

Participação sindical a favor do empregado e do profissional liberal

Presidentes de Sindicatos de Fonoaudiologia reunidos na Intersindical, em Brasília. Da esquerda para a direita: Graziela Zanoni - Sinfemg, Hyrana Frota - Sindfono-CE, Sheila Marino - Sinferj, Daniel Zamprogna - Sinfesc, Marilene Araújo - SIndfono-GO, Sentados: Sandra Murat - Sindicato da Baixada Santista-SP e Fernando Wolff - Sinfopar-PR

A notícia ecoou por todas as listas de discussão e fóruns de Fonoaudiologia na Internet: o Sindicato de Fonoaudiólogos do Estado de São Paulo está fechando as portas. Aliado às dificuldades financeiras decorrentes do baixo número de sindicalizados, a falta de candidatos para a renovação de sua direção. Conseqüência direta: em assembléia realizada em 24 de abril ficou decidido o início do processo de sua dissolução, que já se encontra na fase de baixa do CNPJ.

A crise do sindicato paulista é a mesma enfrentada – em maior ou menor grau – pelos sete sindicatos de Fonoaudiólogos remanescentes – dos Estados do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e da Baixada Santista. Apesar da crise que parece derrubar os espaços conquistados a duras penas, há ainda um sopro de alento. Remando contra essa maré pessimista, surgiram, nos últimos meses, três movimentos para a criação de novos sindicatos, em Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Em reunião com os dirigentes sindicais, realizada em 21 de julho, convocada pelo CFFa para analisar essa difícil situação, o presidente do Sindicato do Paraná, fonoaudiólogo Fernando Wolff Mendonça, em nomes dos sete sindicatos presentes, foi pessimista. Ele duvida que exista algum sindicato que sobreviva por mais de seis meses. São Paulo seria o único sindicato com a possibilidade de sobreviver e não resistiu à crise.

O *Jornal do CFFa,* nesta reportagem, foi apurar esse desânimo e detectar alternativas viáveis para a continuidade das organizações sindicais que – juntamente com os conselhos regulamentadores das profissões e as sociedades científicas e culturais – fazem o tripé de sustentação da profissão, cada uma delas com suas atribuições bem definidas. Foram ouvidos Sheila Marino, presidente do Sindicato de Fonoaudiologia do Rio de Janeiro; Sandra Murat Paiva dos Santos, presidente do Sindicato da Baixada Santista; Litoral Norte e Sul e Vale da Ribeira; Daniel Zamprogna, presidente do Sindicato dos Fonoaudiólogos de Santa Catarina; Graziela Zanoni e Fátima Brittes, diretoras do Sindicato de Fonoaudiólogos do Estado de Minas Gerais, e Hyrana Frota Cavalcante, presidente do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Ceará. Também colaboraram com seus depoimentos Luís Paulo Ribeiro Dull Júnior, da Diretoria Executiva de Implementação do Sindicato de Fonoaudiólogos do Rio Grande do Sul, e Janaína Lemos, vice-presidente do Sindicato de Fonoaudiólogos de Pernambuco, o mais novo dos Sindicatos de Fonoaudiologia, recriado em

30 de agosto. Os sindicatos de Goiás e Paraná, embora contatados, não responderam ao ***Jornal do CFFa.***

Momento de crise

Instituição de organização dos trabalhadores na luta por seus direitos diante dos governos e principalmente diante dos empresários, os sindicatos (do latim syndicus, proveniente do grego sundikós, com o significado do que assiste em juízo ou justiça comunitária) tiveram origem nas corporações de ofício na Europa medieval.

No Brasil, o movimento sindical mais forte iniciou-se em São Paulo, onde os imigrantes integravam a massa de trabalhadores das fábricas e das indústrias. Em 1930, o governo federal criou o Ministério do Trabalho e em 1931 regulamentou, por decreto, a sindicalização das classes patronais e operárias.

O Sindicato de Fonoaudiologia do Rio de Janeiro (Sinferj) foi o pioneiro da categoria de fonoaudiólogos. Na década de 70, alguns profissionais se reuniram e fundaram a Associação de Profissionais Fonoaudiólogos, cuja bandeira de luta era o reconhecimento da profissão.

> Os sindicatos morrem por falta de participação, adesão e colaboração
>
> *Sindicato da Baixada Santista*

Após essa conquista, em 20 de outubro de 1984, surge o sindicato. Decorridos 22 anos, conta hoje com um número diminuto de filiados – em torno de 5% da categoria –, o que dificulta sua manutenção, tendo em vista a abrangência estadual (92 municípios do Estado Rio de Janeiro).

As dificuldades enfrentadas são inúmeras. Seus dirigentes apontam como determinantes a baixa adesão dos profissionais e a pouca politização da categoria, com a falta de sensibilização e informação sobre a real importância de um sindicato forte, representativo e participativo. A ausência de conhecimento das ações desenvolvidas pela entidade em benefício dos trabalhadores fonoaudiólogos e o pouco interesse em defender, lutar e conhecer seus direitos e deveres são também causas dos problemas enfrentados por todos, sem exceção.

O Sindicato de Fonoaudiólogos de Minas Gerais – (Sinfemg) passa por uma fase complicada e crítica, segundo seus dirigentes. Graziela Zanoni e Fátima Brittes relatam: "temos observado um certo desânimo dos profissionais, o que talvez explique a dificuldade em ter nossos projetos apoiados pelos fonoaudiólogos. O Sinfemg já tentou reuniões para discussão de tabela de honorários dos convênios, para regularização da situação fonoaudiológica em hospitais, para formulação e reformulação da própria tabela de honorários e para a realização de pesquisas. Precisamos avançar nessas e em várias outras questões, como a realização de acordos coletivos e melhores condições de trabalho em vários locais onde o fonoaudiólogo atua. Para que isso possa ser concretizado, é necessário o apoio a partir da adesão séria e compromissada da categoria".

> "Estamos sentindo a diferença na mentalidade dos formandos, que já estão mais politizados"
>
> *Sindfono-CE*

O Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Ceará foi fundado em novembro de 1994. Para Hyrana Frota Cavalcante, sua presidente, o que ocorre é que "todos acabam tendo que abdicar de algum compromisso, e quem sofre é o sindicato. Estamos fazendo o impossível para manter as portas abertas, pois sabemos o prejuízo que ocorrerá com a falta de uma entidade sindical. Poderíamos fazer mais, se todos os profissionais se sindicalizassem, pois, assim, teríamos condições de contratar bons advogados e profissionais para colocar a Fonoaudiologia no seu devido lugar, com o respeito que merece, com o salário que merece". Apesar desse quadro, Hyrana não perde a esperança. "Sei que chegará um dia em que não precisaremos mais fazer isso, e os sindicatos não fecharão mais as suas portas, e a nossa profissão certamente será mais valorizada".

Para Sandra Murat Paiva dos Santos, presidente, em sua terceira gestão, do Sindicato da Baixada Santista (hoje com base estendida para o Litoral Norte e Sul e o Vale do Ribeira), "o movimento sindical, na Fonoaudiologia, continua 'engatinhando'. Não se obteve até agora uma consciência geral firme de que precisamos exercitar o 'pensar' sobre nossos problemas e os melhores caminhos a seguir, juntos preferencialmente. Precisamos enxergar que os mecanismos de pressão social constantes que chegam a subestimar nosso verdadeiro valor (vide o Projeto de Lei do Ato Médico!) e o fantasma do não-trabalho levam-nos à competição acirrada, gerando desarticulação. E uma categoria desmobilizada e enfraquecida na união torna-se presa fácil para a desvalorização profissional".

"Os sindicatos morrem por falta de participação, adesão e colaboração", garante Sandra Murat. "Sem associados, tornam-se economicamente inviáveis! O motivo disso? Talvez a visão de que as conquistas obtidas e que nos beneficiam coletivamente sejam muito pouco, de pouco valor. A expectativa de benefícios pessoais, quem sabe, se sobrepõe a tudo isso".

Momento de superação

Para o Sinferj, os caminhos para a viabilização das atividades sindicais passam pela maior e melhor integração e participação entre Sindicatos e Conselhos Federal e Regionais; a conscientização e a informação da categoria quanto à importância da sindicalização desde sua formação acadêmica e a efetivação da Federação Nacional dos Fonoaudiólogos (Fenaf), já aprovada e em andamento.

Um desses caminhos, adotado pelo Sindfono-CE, foi firmar parceria com a Universidade de Fortaleza – Unifor, para ministrar aulas sobre a importância dos sindicatos, dos conselhos e das associações. "Estamos presentes na disciplina de Ética, em palestras para formandos e nos seminários a acadêmicos. Estamos sentindo a diferença na mentalidade dos formandos, que já estão saindo mais politizados. Tentamos sensibilizá-los de várias maneiras, por meio de jornadas e campanhas, procurando inserir os alunos e os profissionais nos nossos trabalhos, para que sejam mais uma andorinha ajudando no nosso verão. Se todo estudante, antes de sair da faculdade fizesse estágio em uma instituição, como sindicatos e conselhos, com certeza iria conhecer a importância da instituição e contribuir para o seu crescimento".

Sandra Murat afirma que aprendeu a pensar e analisar permanentemente sobre a importância de lutar para manter vivo um espaço que se destina a ser, fundamentalmente, um fórum de trabalho, participação e discussão, não restrito tão-somente ao campo da remuneração pura e simples, mas também ao da melhoria das condições de trabalho.

Para Murat, "mais do que nunca, vendo o quanto crescem e se

fortalecem as instituições representativas de outras categorias da saúde (Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, por exemplo), reforço que é preciso resgatar a organização da classe, fortalecer nossos segmentos de representação, reafirmando os princípios que sempre embasaram as conquistas trabalhistas, e a possibilidade de geração de empregos, assegurando o pleno exercício da cidadania. É preciso, de uma vez por todas, que os fonoaudiólogos entendam a responsabilidade que têm no processo de valorização e incentivo das atividades fonoaudiológicas e na manutenção dos espaços conquistados".

As diretoras do Sinfemg, Graziela Zanoni e Fátima Brittes, aguardam o despertar de novas situações e de um novo rumo ao futuro da Fonoaudiologia. "Só a mobilização de todos tornam as ações tangíveis. Não tem sentido poucos lutarem por muitos. Às vezes não temos pessoal suficiente para todas as ações que desejamos, já que funcionamos em sistema de plantão. Não queremos 'apagar incêndios', queremos executar o que planejamos".

> Ficamos felizes ao perceber a mobilização e a expectativa gerada pela nossa iniciativa
>
> *Sindfono-RS*

Momento de conquistas

Em contraponto às dificuldades e apesar delas, várias conquistas vêm sendo obtidas pelos Sindicatos. O do Rio de Janeiro participa dos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde no Rio de Janeiro e da Câmara Técnica Estadual de Audiologia, garante o aumento de vagas nos concursos públicos no Estado e em vários municípios do Rio de Janeiro e, gradativamente, amplia os direitos trabalhistas nas convenções coletivas de trabalho. Essa atuação mereceu moção de reconhecimento pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2003 e 2006.

O Sindicato da Baixada Santista, pequeno se considerada a base territorial representada no Estado e o número de associados (cada vez menor, segundo Murat), conquistou assento como conselheiro titular do Conselho Municipal de Saúde de Santos e no Fórum Paulista Multiprofissional de Saúde.

Para Sandra Murat, "o eixo central de todas as ações é o acesso ao emprego e a permanência no mercado de trabalho: a fixação em tabela de valores referenciais para procedimentos, compatíveis minimamente com todo o investimento na formação acadêmica e na educação continuada; as negociações coletivas visando à normatização de piso salarial, mas com ênfase na qualificação dos serviços prestados em uma jornada de trabalho digna; a inclusão nos planos de saúde e a ampliação de cargos públicos destinados a nossa atividade".

No Ceará, o sindicato entrou como ouvinte e hoje possui uma vaga efetiva na comissão da Secretaria de Saúde do Estado que estuda a inclusão da Fonoaudiologia nos projetos e em concursos públicos. "As conquistas foram muitas, e muitas vezes não são valorizadas pelo fonoaudiólogo", lamenta Hyrana Frota Cavalcante. "Além da abertura de vagas em concursos públicos do Estado e de vários municípios cearenses, conseguimos, em alguns municípios, que a carga horária do fonoaudiólogo fosse de 20 ou 30 horas. Na Convenção Coletiva de Trabalho, que está na sua terceira edição, conseguimos aumento em quase todos os convênios e planos de saúde".

Resultado ainda mais expressivo foi obtido pelo sindicato cearense há poucos dias, na Convenção de Trabalho assinada com o Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Ceará, com a fixação do piso salarial em R$ 1.600,00 para a jornada de 40 horas semanais. Para Hyrana, esse valor conquistado merece destaque quando analisado o contexto de valores salariais praticados no nordeste. "Mais ainda pelo fato de, nessa convenção, termos conseguido incluir a Fonoaudiologia nos plantões, que era uma antiga reivindicação nossa".

Criado em 2004, o Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado de Santa Catarina (Sinfesc) conta hoje com o apoio de uma centena de fonoaudiólogos inscritos e já esteve presente em três reuniões intersindicais e uma intersindical/interconselhos. Seu presidente, o fonoaudiólogo Daniel Zamprogna, relata que várias conquistas foram alcançadas em concursos e contratações tanto na rede pública quanto na rede privada, melhorando a situação de trabalho dos profissionais. Recentemente foi criada a Delegacia Regional Oeste na cidade de Chapecó.

Momento de criação

Pelo menos três novos sindicatos de Fonoaudiologia estão em implantação. Em Pernambuco, uma assembléia geral de reabertura do Sindicato dos Fonoaudiólogos de Pernambuco – Sinfope foi realizada em 30 de agosto, em Recife. Em Alagoas, as notícias são de que providências semelhantes estão sendo adotadas para estruturar o sindicato no Estado.

Após mais de cinco anos de inatividade, o Sindicato de Fonoaudiólogos de Pernambuco foi reaberto em 30 de agosto, em uma assembléia realizada na sede da Fepeal – uma ONG que apoiou o movimento de reerguimento do Sindicato –, com a presença de mais de uma centena de pessoas, entre profissionais, professores universitários, coordenadores de cursos de Fonoaudiologia e estudantes de Fonoaudiologia de todas as universidades do Estado (Unicap, FIR, Funeso, UFPe e Maurício de Nassau).

Esta é a terceira vez que o Sindicato é ativado, desde sua abertura em 1989. A iniciativa foi de um grupo de profissionais de Pernambuco

Diretoria Executiva do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Rio Grande do Sul

>>>

que buscou acesso aos documentos, lutou por apoio da Fepeal e do seu conselho profissional, para regularizar a sua condição.

Para compor a diretoria, esse grupo teve o cuidado de incluir profissionais formados e pós-graduados em todas as universidades do estado, para que o Sinfope tivesse condições de atender e compreender melhor as necessidades de cada realidade. A fonoaudióloga Angélica Andrade é a presidente do Sinfope, acompanhada por Janaína Lemos como vice-presidente, Giselle Simas como diretora secretária, e Aila Faria como diretora tesoureira.

Com a aprovação do novo estatuto na assembléia do dia 30, o registro será feito em cartório e, após a liberação do CNPJ, o sindicato poderá iniciar as ações a que se propõe. Para a vice-presidente Janaína Lemos, "o apoio dos presentes foi unânime, pois a categoria no Estado passa por dificuldades no que concerne à falta de oportunidades de trabalho, sobrecarregando o órgão fiscalizador e regulamentador da profissão. O sindicato vai lutar por melhores condições e mais oportunidades para os profissionais e estudantes".

Uma plataforma de ações com 18 itens foi apresentada pela nova diretoria, que vai desde ações para ampliação do mercado (inclusive na área pública), fiscalização das condições de trabalho dos profissionais fonoaudiólogos, orientação aos profissionais da Fonoaudiologia em relação a questões salariais e de carga horária e elaboração de tabelas de honorários fonoaudiológicos adequadas à realidade pernambucana até a criação de projetos que destaquem a Fonoaudiologia como promotora da saúde junto aos órgãos públicos e à comunidade; a divulgação da profissão para a população, por meio de projetos sociais e informes publicitários; a luta pela elaboração e pelo cumprimento de leis que favoreçam o acesso da sociedade aos serviços prestados pela Fonoaudiologia, no âmbito clínico, escolar e hospitalar e sua inclusão na equipe do Programa de Saúde da Família. A assessoria jurídica e contábil aos profissionais e a oferta de convênios e cursos também estão contemplados nessa plataforma.

No Rio Grande do Sul, o processo de implementação do Sindfono/RS está em uma etapa decisiva, com a adequação do estatuto para apreciação dos profissionais. O fonoaudiólogo Luís Paulo Ribeiro Dull Júnior, membro da diretoria executiva, relata que o próximo passo será a convocação de Assembléia-Geral com os profissionais da categoria para a apreciação do estatuto e a apresentação da chapa dos integrantes da diretoria executiva para a sua necessária aprovação. A diretoria executiva é também composta por Evelise Jardim, Cristina Martins Bastos, Ida Alvim, Maria Elena Fortes, Ana Paula Marques Barbosa, Gabrielle Feiertag e Rejane Vernet.

Componentes da nova diretoria do Sinfope

Djalma Nascimento / CRFa 4ª Região

Mais de 100 participantes na assembléia de recriação do Sinfope

> Não queremos 'apagar incêndios', queremos executar o que planejamos
>
> *Sinfemg*

"É necessário que os profissionais reflitam e tornem-se conscientes da importância e da necessidade de uma associação que defenda seus interesses e direitos profissionais, econômicos e jurídicos", afirma o fonoaudiólogo Luís Paulo. Fatos como o sucateamento da profissão e a submissão do profissional fonoaudiólogo aos maus empregadores, a ausência de padronização de valores de remuneração e de carga horária de trabalho, a falta de representatividade nas atribuições que não cabem aos conselhos e os sobrecarregam, entre outras, foram alguns dos fatores que fomentaram e estimularam a criação do Sindicato de Fonoaudiólogos do Rio Grande do Sul".

Luís Paulo não se assusta com as dificuldades de manutenção e sustentabilidade dos sindicatos que ocorrem em todo o país, até mesmo culminando no fechamento de alguns deles. "Mesmo com a nova postura do Ministério do Trabalho em relação aos sindicatos que não possuem representatividade – que serão extintos –, o que assusta é o desafio da manutenção da representatividade, com a necessidade da adesão da maioria dos profissionais de uma classe para a sua continuidade. Ficamos extremamente felizes ao perceber toda a mobilização e a expectativa gerada pela nossa iniciativa".

"Recebemos apoio do CRFa da 5ª Região, do CFFa, dos Sindicatos da Baixada Santista e do Ceará, de alunos, professores e coordenadores dos cursos de Fonoaudiologia em Porto Alegre, que simpatizaram e sensibilizaram-se de imediato com o projeto. É uma grande oportunidade de mobilizarmos e congregarmos a categoria em prol dos interesses comuns, frente à realidade que nos cerca no momento, como o Projeto de Lei do Ato Médico, a padronização dos honorários dos procedimentos fonoaudiológicos que abre prerrogativa para inserção da nossa profissão na ANS e a possibilidade de inclusão de nossos serviços nos planos de saúde, assim como o sucateamento da profissão que requer uma interação entre o sindicato e os conselhos, polarizando responsabilidades, fortalecendo a profissão e tirando a sobrecarga de atribuições destes".

Sindicalismo no Brasil

Francisco Júnior
Farmacêutico

Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
Diretor da Federação Nacional dos Farmacêuticos
Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde

Organizados a partir de uma legislação concebida na era Getúlio Vargas, e com limitações estruturais importantes, os sindicatos no Brasil desempenharam, principalmente no período pós-Regime Militar, um papel fundamental no processo de organização dos trabalhadores.

Estruturados nos planos municipal, estadual ou mesmo nacional, e tendo como base as diversas categorias profissionais reconhecidas, conseguiram, em umas categorias mais que em outras, é verdade, e mesmo em estados com realidades bastante distintas, avançar de maneira bastante razoável, desenvolvendo um papel relevante no debate e na melhoria das condições salariais e de trabalho e de intervenção propositiva na sociedade.

No caso específico da área de Saúde, com a diversidade de opções de exercício profissional das variadas categorias no Sistema Único de Saúde e mesmo na área de ensino, os sindicatos passaram a enfrentar desafios quanto à definição da sua base de representação e ao seu próprio financiamento, que, em princípio, é garantido pelo imposto sindical, cobrado indistintamente de todos os trabalhadores, independentemente de serem ou não sindicalizados, e com valor correspondente a um dia de trabalho.

Dessa forma, as entidades sindicais se organizaram obedecendo ao princípio da unicidade sindical, ou seja, um só sindicato como representante de determinada base de trabalhadores em determinada área geográfica, sendo livre, no entanto, a filiação do trabalhador a mais de uma entidade sindical, no caso de o seu exercício profissional abranger mais de uma área de atuação, por exemplo, o fonoaudiólogo que exerça suas funções como profissional de saúde e como professor.

Isso não obriga, no entanto, o pagamento por parte do trabalhador de dois impostos sindicais, cabendo a ele a opção por uma das duas entidades.

Na década de 80, no apogeu do movimento de organização dos sindicatos, durante a abertura política do nosso país e diante de um mercado de trabalho em forte expansão, pudemos observar alguns segmentos profissionais que, com um grau maior de maturidade política e de organização, conseguiram avançar bastante, num movimento que se traduziu em conquistas importantes referentes a pisos salariais e jornada de trabalho, particularmente.

Com a crise econômica deflagrada já na segunda metade da referida década e, principalmente, com as reformas estruturais concebidas durante a década de 90, num duro processo de desregulamentação da economia nacional e liberação indiscriminada das importações, os trabalhadores brasileiros e as suas entidades representativas foram duramente golpeadas.

Foi a época do desemprego acima de 12 % (de 23 % na Grande São Paulo), do achatamento salarial, da remuneração pautada em frágeis, volúveis e voláteis gratificações, das terceirizações de pessoal e da economia informal.

Com um quadro desolador, os sindicatos foram atingidos diretamente, passando a pautar sua atuação muito mais em função da necessidade de manter o emprego do que propriamente em conseguir ganhos para a categoria representada. Tanto no setor privado quanto no público, passou a ser comum a lógica de perseguição aos trabalhadores sindicalizados.

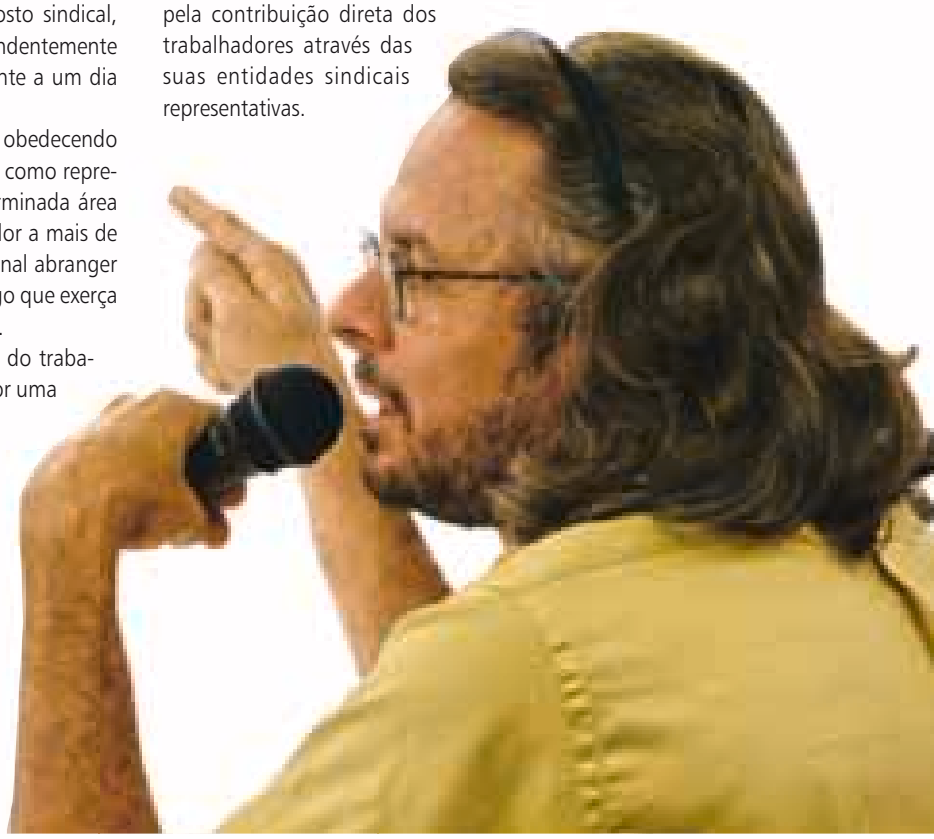
Um quadro que afastou as entidades das suas bases, mas que, diante de um novo momento que atravessa o país, aponta para uma reversão positiva e significativa.

Na área de saúde especificamente, há, em todo o país, uma proposta pautada na realização de concursos para preenchimento de vagas em todas as categorias profissionais, elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Salários, bem como a defesa de dignas condições para o exercício profissional, além de garantia da humanização do atendimento.

Em todos esses debates estratégicos, os sindicatos voltaram a ser atores vitais, contribuindo decisivamente na discussão e representando os reais interesses das diversas categorias envolvidas.

Tem sido assim também no combate ao corporativismo de algumas categorias, como também na defesa intransigente do Sistema Único de Saúde e, principalmente, da ação da equipe multiprofissional em todas as esferas do Sistema.

Por tudo isso, entendemos que vivemos um momento não somente privilegiado, mas absolutamente vital para a organização e o fortalecimento do movimento sindical, que possa contribuir inclusive para uma nova ordem na relação capital-trabalho, que seja pautada pela intervenção e pela contribuição direta dos trabalhadores através das suas entidades sindicais representativas.



Sindicato de Fonoaudiologia do Estado do Rio de Janeiro

Rua Senador Dantas, 20 Sala 401
20031-203 Rio de Janeiro-RJ
E-mail: sinferj@yahoo.com.br ou
www.sinferj.com.br

Sindicato dos Fonoaudiólogos da Baixada Santista

Rua Mato Grosso, 380 – sala 01 – Boqueirão
11055-010 Santos-SP
E-mail: sindfono.santista@terra.com.br ou
www.sindfonosantista.org.br

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Paraná

Rua Martin Afonso, 1168 ap. 603 - Bigorrilho
80430-100 Curitiba (PR)
E-mail: ferwman@gmail.com

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado de Santa Catarina

Rua das Acácias, 45 apto. 304 – Carvoeira
88040-560 - Florianópolis-SC
E-mail: casflorianopolis@netlan.net ou
www.sinfesc.com.br
E-mail: danielz@linhalivre.net

Sindicato dos Fonoaudiólogos de Pernambuco

E-mail: sinfope@yahoo.com.br

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado de Goiás

Av. Portugal, 564 – Setor Oeste
74140-020 Goiânia-GO
E-mail: marilenefono@pop.com.br

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado de Minas Gerais

Rua do Cluro, 93 Sala 501 – Serra
30220-000 Belo Horizonte-MG
E-mail: grazielazanoni@yahoo.com.br ou
sinfemg@brfree.com.br

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio Grande do Sul (em implantação)

E-mail: sindfonors@hotmail.com ou
sindfonors@gmail.com
Orkut: comunidade "SINDFONO-RS"
em http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=14304151

Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Ceará

Rua São Paulo, 32 Sala 707 – Centro
60030-100 Fortaleza-CE
E-mail: sindfono_ce@yahoo.com.br

Para entender bem

O sindicato é de livre direito de associação, com liberdade administrativa, sem interferência do poder público, e mantido por meio das contribuições associativas e sindicais.

Contribuição sindical: é compulsória para todos os empregados, instituída pela CLT (Capítulo III, Arts. 578 a 593, 598 a 610).

Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias: aprovam acordos coletivo de trabalho e/ou dissídios, relação profissional empregador-empregado, data-base, piso salarial, carga horária, licença-gestante, insalubridade e outros benefícios. Também aprova valores da contribuição associativa (opcional) e da contribuição sindical (obrigatória).

Contribuição associativa: é cobrada exclusivamente dos associados pelas entidades sindicais, anual ou semestralmente e, em alguns casos, mensalmente.

Federação Nacional de Fonoaudiólogos (em formação): a criação de federações é facultada aos sindicatos, quando em número não inferior a cinco, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas (art. 534 da CLT).

O que o sindicato pode oferecer ao associado:
- negociação das convenções coletivas de trabalho com os sindicatos patronais;
- serviço jurídico na área trabalhista;
- serviço contábil nas homologações;
- acordos coletivos de trabalho (piso salarial, carga horária, entre outros);
- cursos, seminários, palestras;
- convênios para descontos em lojas e serviços;
- orientação em relação aos aspectos legais da abertura de consultórios e da obtenção de alvará de localização e ao pagamento de ISS e INSS.

Este texto foi adaptado de informações do Sinferj, constantes de seu site.

Fonoaudiólogas participantes do congresso e de suas oficinas

Congresso marca 20 anos da Rede Unida

"Promover saúde e impulsionar mudanças na formação profissional e no cuidado à saúde: uma política de Estado". Esse foi o eixo central das discussões do 7º Congresso Nacional da Rede Unida, realizado em Curitiba(PR), de 15 a 18 de julho deste ano. O encontro registrou os 20 anos de um marco histórico do movimento sanitário brasileiro – a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) – e também a maioridade da Constituição da República, promulgada em 5 de outubro de 1988.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia participou da Oficina de Comunicação e Informação em Saúde para o Exercício do Controle Social, voltada a integrantes dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. A presidente do CFFa, Maria Thereza Mendonça C. de Rezende, apresentou nessa oficina o plano de trabalho da Comissão Intersetorial de Comunicação, Informação e Informática em Saúde da CNS, a qual integra, com o objetivo de pactuar pela democratização e pela qualidade da comunicação e informação em Saúde.

"Na Comissão, temos trabalhado muito para que os Conselhos Municipais e Estaduais possam ter sua própria Comissão de Comunicação e Informação em Saúde, para que a sociedade tenha acesso às informações em saúde e às do Sistema Único de Saúde".

Para a presidente do CFFa, a participação da Fonoaudiologia nesse evento voltado à educação e à saúde pública foi de extrema importância. Além da participação em si, inúmeros trabalhos e painéis foram apresentados pelos fonoaudiólogos.

Para o presidente do Congresso e secretário municipal de Saúde de Curitiba, Luciano Ducci, o congresso realizado pela Rede Unida "foi o momento ideal para reflexão sobre os desafios, as iniciativas e as estratégias para a elaboração de propostas inovadoras para o estabelecimento de novas relações de cooperação entre universidades, serviços de saúde e organizações comunitárias, visando à melhoria da atenção à saúde: integral, humanizada, acessível e equânime".

A Rede Unida é um movimento social que há 20 anos reúne pessoas, projetos e instituições comprometidos com o movimento de mudança na formação e no desenvolvimento dos profissionais de saúde e com a construção de um Sistema de Saúde eqüitativo e eficaz, com forte participação social. Conta hoje com 1.973 membros individuais e 176 membros coletivos. Sua Secretaria Executiva, atualmente em Londrina (PR), procura dinamizar as relações entre os membros, propondo debates e intervenções sobre questões relevantes acerca das políticas de saúde e de educação.

Grupo de conselheiros e da equipe técnica do Conselho Nacional de Saúde

Perdemos Fábio Lessa

No dia 16 de setembro a Fonoaudiologia perdeu um grande amigo e um bravo guerreiro: Fábio Lessa, que se foi aos 41 anos. Mais do que o sanitarista, o fonoaudiólogo, o pesquisador, ou o vice-presidente da SBFa, foi um grande amigo e um bravo guerreiro.

De família humilde do município de Jaboatão (PE), para conseguir estudar precisou trabalhar, justamente na Secretaria de Saúde municipal, a área em que definitivamente seguiria sua carreira.

Sua jornada na Audiologia, culminou com sua formação como fonoaudiólogo e tornou-se personagem fundamental, não apenas para a criação do curso de Fonoaudiologia da UFPe, mas também de muitos outros cursos pelo Nordeste.

Envolvido com questões mais amplas da saúde e das políticas públicas, passou a freqüentar mais intensamente os espaços da Fonoaudiologia a partir do IX Congresso Brasileiro, realizado em Guarapari (ES), em setembro de 2001. Nesse congresso foi prevista uma mesa na área de Saúde Pública, que permitiu o encontro de muitos fonoaudiólogos que esperavam por um momento como este. Fábio Lessa sentou-se numa cadeira na primeira fila e aguardou o final para se apresentar. A partir desse encontro, que contou com a participação de tantas pessoas, foi criado o Comitê de Saúde Pública, que permitiu uma ampla articulação com vários órgãos da Fonoaudiologia e de outras áreas.

O ingresso na diretoria da SBFa,como vice-presidente, permitiu que um maior número de fonoaudiólogos pudesse compartilhar o prazer de conviver, aprender e crescer com essa figura ímpar.

Não contente em desenvolver várias atividades, defendeu uma melhor formação ao fonoaudiólogo e tutelou seus pupilos, incentivando-os a cursar residência, especialização, mestrado e doutorado. Buscou a inserção e fixação dos profissionais na assistência e na gestão, observando a atuação da Fonoaudiologia em todos os níveis de atenção à saúde.

A habilidade para captação de recursos, facilidade em redigir projetos com linguajar adequado e bons relacionamentos na área da saúde, permitiram que Fábio Lessa levasse a Fonoaudiologia ao pioneirismo, desencadeando o processo de realização das Oficinas de Sensibilização de Docentes e Discentes para o Sistema Único de Saúde – SUS.

Não é fácil não mais ouvir a sua risada franca frequentemente relacionada à acidez inteligente do seu humor. Não é fácil não mais ver a expressão do seu olhar agudo e perspicaz. Não é fácil não mais ouvir a sua voz acolhedora e conselheira que envolvia os seus argumentos racionais e quase paternais, muitas vezes firme demais, outras tantas, tão relaxados e simples que muitos até estranhavam. Não é fácil ter esse vazio entre nós...

Este texto, com algumas adaptações em razão de espaço, está baseado em depoimentos de Maria Teresa Cavalheiro, Roberta Alvarenga, Patrícia Balata, entre as muitas fonoaudiólogas que tiveram o prazer e a honra de conviver com Fábio Lessa.

Depoimentos

Com carinho, amor, admiração e saudade...

A missão que a nós nos cabe neste espaço é registrar os fragmentos de mensagens dirigidas ao nosso querido e amado Fábio. Não é uma tarefa fácil, não só pela dor em ter que materializar em palavras a lacuna que ele deixa em nossas vidas, mas também pela carga de emoção que cada testemunho carrega. Os predicados atribuídos a ele se repetem, mas, curiosamente, não se parecem os mesmos. Guerreiro, amigo, determinado, desbravador, mestre são expressões que têm a voz pessoal de quem as escreve ou pronuncia, como se cada um tivesse percebido a sua grandeza de forma ímpar, nas suas qualidade como a sua impressionante capacidade de gerar fatos, de abrir espaços e com o seu carisma, cativar as pessoas e torná-las parceiras e por vezes quase que cúmplices nos seus inúmeros projetos e sonhos. Para mim, ele é a referência absoluta da força e dignidade humanas! "Dói, de tanto medir a distância, saber que não vou te tocar além da lembrança."

Patrícia Balata

Falar de Fábio Lessa é falar de generosidade, de desprendimento, de disponibilidade, de parceria. É falar de sonho e realização. Apesar de sua enorme bagagem técnica e da admirável capacidade de articular, agregar e conciliar, era de uma humildade imensa e despojado de sentimentos e atitudes de poder. Tudo que conquistava, colocava a serviço de causas coletivas.

Maria Teresa Cavalheiro

O legado de Fábio Lessa é eterno e sua luta permanente pela própria vida é um modelo de fé, perseverança e coragem. Não se pode esquecer sua face fraterna, onde muitas vezes encontrei um Pai-Amigo com todo seu carinho e conselhos, mostrando novos horizontes...

Brunna Luckwü

Perdemos uma pessoa especial. Fabio Lessa, o homem de Recife que foi chegando, dando uns cheiros e desbravando os caminhos da Saúde para ele e para todos...Foi o companheiro das Conferências de Saúde, o parceiro em projetos, o consultor no Ministério da Saúde, o professor na Universidade Federal de Pernambuco, o pesquisador no Aggeu Magalhães/ Fiocruz, o articulador na SBFa, o profissional nos Conselhos Profissionais. E, sobretudo, um grande amigo e melhor amigo.....assim que via Fabio, assim que sinto Fabio...

Maria Thereza Mendonça C. de Rezende

Cabe a nós elevar nossas mensagens de apoio e carinho a todos aqueles que viveram a dor e a delícia de conviver com Fábio, um "cabra de atitude" e raciocínio rápido, político, articulador, exigente e trabalhador! Hoje, o céu brilha diferente! Fábio Lessa é uma nova e linda estrela! Nosso compromisso é manter essa luz acesa, de alguma forma!!

Roberta Alvarenga

Hoje, estamos todos de luto. Faleceu nosso inesquecível amigo, parceiro de tantas lutas, Fábio Lessa. Fábio representa não só uma perda para a classe dos fonoaudiólogos, mas para todos os profissionais da saúde que , como ele, acreditam na construção de um Sistema Único de Saúde solidário e com justiça social.

Luziana Maranhão (enfermeira)

A Fonoaudiologia brasileira perde um uma figura brilhante e nós perdemos um grande amigo. Ele ainda se faz presente até nas pequenas coisas, antes insignificantes, hoje marca de um enorme vazio.

Lilian Muniz

Nunca o adjetivo "insubstituível" foi tão bem empregado!

Nelson Caldas (otorrinolaringologista)

Nosso amigo era assim, substância rarefeita, que exalava afeto por onde andasse. Cidadão do mundo e, ao mesmo tempo, amigo para se guardar no fundo do peito, se o conhecemos bem, muito em breve estará a nos intuir boas idéias e a lembrar -nos de que não devemos nos dispersar com ou por tolices.

Cecilia Bonini

Sentiremos sua falta. Que sua passagem seja iluminada, e que continue sendo nosso anjo. Obrigada por ter existido, e por ter me ajudado a recarregar as baterias na Fonoaudiologia, e com certeza de muitos outros fonoaudiólogos.

Mirna Miguel Passos Godoy

Exemplo de garra e coragem.

Regina Yu

Fábio era amigo, conselheiro, brigava, pedia desculpas, representava um pai para nós. Acompanhamos toda sua luta pela vida, que tão resignadamente travava dia a dia, mas não se abatia, mas jamais se dobrou diante das vicissitudes que vida lhe impôs. Construiu, agregou, produziu até o fim de suas forças. Certamente seus sonhos, seus ideais, sua luta pela consolidação da Fonoaudiologia e da Saúde Coletiva se perpetuarão.

Lívia T. de Souza Maia e Gabriella Morais D. Miranda

O Fábio Lessa pode ser lembrado e admirado por várias de suas características pessoais e profissionais. Fica como lição a sua capacidade de agregar, tanto as pessoas, como os saberes. Além de sempre trabalhar em rede. Tenho certeza de que estará sempre conectado conosco.

Valentina Simioni Rodrigues

O Fábio sempre foi um batalhador e defensor da Fonoaudiologia. Faremos nossas orações.

Katia Flores

O Fábio conseguiu unir pessoas de diferentes lugares e áreas da fono, vai fazer falta! Sua força e determinação nos faz acreditar que é possível a construção de uma Fonoaudiologia ética e comprometida. Cabe a nós regar a semente que ele plantou.

Stella Maris

O Fábio estará para nós como uma estrela nos ajudando a não perder o alvo e iluminando os caminhos Fábio aproveite para descansar um pouco amigo e olhe por nós que ainda estaremos um tempo por aqui. Amigas fonoaudiólogas estamos juntas(os) neste momento de dor. Recebam todas e todos um forte e fraterno abraço.

Valda da Silva (enfermeira)

Que este nosso grande amigo e desbravador de tantos caminhos para a Fonoaudiologia permaneça sempre na nossa lembrança como exemplo de garra, luta, coragem, dinamismo e sabedoria.

Denise Terçariol

Há tempo que sabíamos que este dia chegaria, mas a dor é imensa. Nosso agradecimento por ter compartilhado conosco muitas de suas experiências.

Lila Pupo

Foi com imensa tristeza que recebemos a notícia do falecimento do nosso querido Fábio aqui no Rio Grande do Sul. Sem dúvida a Fonoaudiologia e a Saúde Coletiva perdem um grande profissional.

Márcia Falcão Fabrício

A dor é forte, mas a esperança é ainda maior. Fábio, onde quer que você esteja, olhe por nós. Precisaremos demais da sua força para enfrentar todos os desafios que temos pela frente, para continuar lutando pela sua luta, pela nossa luta.

Luciana Alves Pereira

Espero que possamos nos unir cada vez mais e realizar pelo menos um pouco do que o Fábio nos apontou!

Teresa Sanches

O Fábio deixou sementes que iremos colher por muitos e muitos anos. Seu determinismo, sensibilidade, força, garra e amor às pessoas, a saúde, a classe será eterna.

Roberta Medeiros

Ficamos órfãos de um grande pensador da Fonoaudiologia e da Saúde Pública/Coletiva. Quem chegou a conviver com o Fábio sabe a grande lacuna que ficou em nossos corações emente.

Cida Machado

Acima de tudo, Fábio foi amigo e lutador, em todos os aspectos, inclusive no profissional. Graças a ele, a Saúde Coletiva hoje ocupa lugar privilegiado na Fonoaudiologia.

Nadia Azevedo

A perda do Fábio é muito grande, sempre presente em tantos espaços, articulando e trabalhando para o desenvolvimento da Fonaoudiologia, da Saúde Coletiva.

Luana Magalhães

Fábio Lessa despertou e fortaleceu em muitos profissionais o interesse pela saúde coletiva e para a importância de nossa atuação política, que precisa ser somada ao conhecimento técnico em nosso exercício profissional. Sua capacidade de articulação, seriedade e disponibilidade pessoal possibilitaram a aproximação e vínculo com inúmeros Fonoaudiólogos de diferentes grupos e correntes teóricas de nossa profissão.

Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida

Segunda audiência mantém divergências

Na segunda audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, em 23 de agosto, para discutir o substitutivo ao projeto de lei que define o campo de atuação dos médicos (PLS 25/02), a senadora Lucia Vânia (PSDB/GO) afirmou que espera apresentar, até o final da atual legislatura (que se encerrará em fevereiro de 2007), o substitutivo ao projeto de lei que define o campo de atuação dos médicos (PLS 25/02), de autoria do então senador Geraldo Althoff. Na prática, se essa votação não ocorrer até 15 de dezembro, o Congresso entrará em recesso, e a votação será adiada.

Essa segunda audiência estava originalmente agendada para o dia 30 de agosto, conforme divulgado na última edição do Jornal do CFFa. Antecipada para o dia 23, para cumprir a agenda da senadora, a marcação da nova data motivou manifestações de protesto do Movimento contra o Projeto de Lei do Ato Médico, que criticou a alteração e o prazo exíguo concedido para indicação de nomes de participantes (apenas dois antes da nova data), deixando claro que o processo está sendo manifestamente atropelado. Vários senadores também estranharam sua realização em pleno recesso branco do Congresso.

A proposta é polêmica desde sua apresentação e dividiu a opinião dos convidados também nessa audiência pública. Mediada pela senadora, a audiência (transmitida por videoconferência para os auditórios das Assembléias Legislativas de diversos Estados do país) contou com a participação, como debatedores, da presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Rosane Maria Nascimento da Silva, que atualmente coordena o Movimento contra o Projeto de Lei do Ato Médico, que envolve 12 profissões da área da saúde; do presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, e da presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Marília Barbosa.

Embora reconheça alguns avanços na discussão do projeto, a coordenadora do Movimento contra o Projeto de Lei do Ato Médico reafirmou que a aprovação da proposta compromete a atuação dos demais profissionais da área de Saúde e prejudica o acesso integral à saúde, ao considerar como atos privativos médicos o diagnóstico nosológico, a prescrição terapêutica e as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino.

"O projeto fere frontalmente os direitos de profissionais de Saúde no exercício de suas funções, que estão regulamentadas legalmente. Ele traz como centro da atenção e da assistência à saúde o profissional médico, tirando a autonomia da população de escolher o profissional que ela achar que vai lhe assistir. Ele limita o acesso à saúde, ao determinar que todo diagnóstico e toda prescrição terapêutica são atividades exclusivas do médico. E nós sabemos que outros profissionais também possuem condições para fornecer diagnósticos específicos e

Fotos: J. Freitas - Agência Senado

Fotos: J. Freitas - Agência Senado

Mesa da audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, no auditório da Interlegis

terapêuticas específicas", disse Rosane Maria Nascimento da Silva.

Maior participação. Essa audiência, ao contrário da primeira realizada em 28 de junho, permitiu que os assistentes pudessem questionar tanto no auditório da Interlegis, em Brasília, como nos das Assembléias Legislativas. Mais de uma centena de indagações foram apresentadas, algumas delas selecionadas para apresentação durante a audiência. A fisioterapeuta Ana Beatriz Xerém, do Crefito-10, de Santa Catarina, foi a autora de uma delas. Ela questionou duramente o presidente da Associação Médica Brasileira, apresentando documentos que demonstravam a realização de sorteio de prêmios para os médicos que mais conseguissem assinaturas em apoio ao projeto de lei, e obteve apenas a resposta de que "esse resultado não se alicerça em uma ou outra iniciativa que teve esse foco".

Em sua intervenção em nome do CFFa, a assessora parlamentar e fonoaudióloga Micheline B. de Figueiredo M. Reinaldi questionou a situação dos diagnósticos que são realizados pelas diversas profissões de Saúde, se o diagnóstico de doença passar a ser apenas do médico. Usou como referência diversas literaturas que consideram doença como a presença de qualquer alteração orgânica, funcional e/ou psicológica. Nas respostas a essa questão, concordou-se sobre a importância de se inserir no projeto a definição de uma nosologia.

A participação de representantes dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia ocorreu nas Assembléias Legislativas que transmitiram a audiência por teleconferência. O CFFa detectou a participação, inclusive com intervenções, das fonoaudiólogas Nise Mary Cardoso (da 1ª Região); Cibele Siqueira (da 2ª Região); Flávia Lumack do Monte Silveira e o assessor de comunicação (da 4ª Região) e também da vice-presidente da 6ª Região, Claudia Maria de Souza Basbaum. O CFFa não recebeu informações de participação das demais entidades representativas da Fonoaudiologia.

A intervenção mais contundente da audiência pública foi a da fisioterapeuta Rita Vereza, presidente do Crefito-2, do Rio de Janeiro, que destacou a existência de uma luta pela reserva de mercado que não é mencionada nos debates. Lembrou que a questão não é semântica, mas de hierarquização, com discurso muito bonito na teoria, mas que, na prática, gera interferências, como notas em jornais repudiando a portaria do Ministério da Saúde sobre acupuntura e ofícios com ameaças de processos éticos aos médicos das unidades de Saúde que aceitarem essa prática por outros profissionais.

Não há confirmação de uma nova audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais. Está previsto, apenas, um seminário promovido pelo Ministério da Saúde, no final de outubro ou no início de novembro próximo, para a discussão das questões que envolvem as profissões de Saúde.

Percursos e experiências na interdisciplinaridade

O ***Jornal do CFFa*** publica, nesta edição, a segunda parte dos relatos recebidos sobre a presença resolutiva de fonoaudiólogos em atividades com perspectiva multidisciplinar. De mais de 30 indicações recebidas, foram pinçadas informações que revelam, de forma relevante e contributiva, a amplitude e as possibilidades de atuação multiprofissional do fonoaudiólogo, com o objetivo de estimular acadêmicos e profissionais em novas frentes de atuação e, ao mesmo tempo, resgatar as interações tão necessárias a todos os profissionais de Saúde.

SÃO PAULO, SP

Multiplicadores do saber

A caminho de exercer seu direito de voto na escolha do novo Conselho Gestor da Supervisão de Cidade Ademar, na capital paulista, a fonoaudióloga Heloisa Sawada Suzuki relembra sua atuação de mais de dez anos, sob a perspectiva da interação multidisciplinar, no Ambulatório de Especialidades César Antunes da Rocha Pedreira.

Especialista em Motricidade Orofacial e em Gerontologia e doutora em Ciências Médicas, Heloisa lembra que essa é uma das poucas unidades da Prefeitura Municipal de São Paulo com adequação de espaço físico e de recursos humanos agraciada com a classificação de Núcleo Integrado de Reabilitação de Nível 2 (NIR 2), o que a tornou referência em reabilitação neurológica e em concessão de órteses, próteses e aparelhos de locomoção. A equipe, que coordena há um ano, é formada por quatro fisioterapeutas, duas fonoaudiólogas, uma psicóloga e seis terapeutas ocupacionais.

"No presente momento, além de nós, o ambulatório comporta nove especialidades médicas, outras quatro nas áreas de Enfermagem, Nutrição, Odontologia e Serviço Social e alguns serviços de apoio ao diagnóstico. A interface profissional da equipe é efetiva com quase todas as especialidades médicas (exceto cirurgia ambulatorial) e outras áreas da Saúde (exceto Odontologia), para avaliação e acompanhamento dos pacientes em atendimento na reabilitação".Os programas de atendimento, que originalmente eram apenas neurológicos pela mudança do perfil da demanda, foram estendidos também para os ortopédicos e para pacientes hansenianos. Especificamente em relação aos problemas neurológicos, Heloisa relata que o atendimento é efetuado em adultos com seqüelas de AVE (para tratamento até um ano do acidente e para orientação após esse período), em crianças com paralisia cerebral e síndromes e em bebês de risco (para tratamento até quatro anos de idade e para orientação após essa faixa etária).

Os atendimentos no Setor de Fonoaudiologia são semanais ou quinzenais, realizados em grupo ou individualmente e, em alguns momentos, por duplas de profissionais de setores diversos, com o objetivo de adequar o meio facilitador da comunicação, quando o enfoque é na linguagem. Heloisa destaca o objetivo dessa prática: "facilitar a inserção do paciente na escola, por meio de orientações à equipe pedagógica, adequar utensílios e melhorar o posicionamento no momento das refeições, quando o enfoque é no processo de alimentação".

Anualmente são realizadas quatro oficinas de caráter multidisciplinar, destinadas à demanda dos programas neurológicos e extensivas aos familiares e cuidadores. Os objetivos são informar sobre a doença, sensibilizar sobre a importância do trabalho interdisciplinar e inserir ou reinserir o paciente na sociedade.

"Desde 2005, assumimos o papel de multiplicador, quando passamos a organizar e ministrar cursos relativos à nossa atuação no âmbito da Prefeitura. E, no segundo semestre de 2006, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, organizaremos um curso de atualização em reabilitação".

BELO HORIZONTE, MG

Assistência domiciliar em equipe

A presença do fonoaudiólogo na assistência domiciliar tem sido um bom exemplo no Programa de Atenção Domiciliar Terapêutica do Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, do qual a fonoaudióloga Michelle Ferreira faz parte há três anos.

O programa foi criado em 2002 e tem como principal objetivo assistir, em seus domicílios, os pacientes com doenças crônicas incapacitantes, além de retirá-los do ambiente hospitalar, de forma a reduzir o risco de complicações e de reinfecção e, portanto, o tempo de internação hospitalar e as chances de reinternação.

"O paciente se sente mais confortável e apresenta melhor recuperação ao serem treinados cuidadores e familiares na promoção da saúde, da prevenção, do tratamento e da reabilitação", pondera a fonoaudióloga. "Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessária uma equipe com vários profissionais de forma que o paciente seja acompanhado adequadamente e como um todo. Assim, nossa equipe é composta por fonoaudiólogo, médico, fisioterapeuta, enfermeiro e psicólogo e contamos, ainda, com apoio do suporte nutricional e do laboratório, quando necessário. Ainda fazem parte da equipe o auxiliar administrativo e o assistente social".

Em reuniões mensais são discutidos os casos clínicos e se define, em conjunto, qual a conduta a ser adotada para cada paciente. Durante as reuniões clínicas, também são discutidas as mudanças no quadro do paciente e as prioridades no momento em relação a cada profissional. "É um momento de reflexão em grupo e bastante construtivo para todos os profissionais envolvidos", destaca. "Realizamos também reuniões mensais administrativas, nas quais a organização do programa é discutida de forma a melhorar ainda mais o atendimento aos pacientes".

A periodicidade do atendimento fonoaudiológico é estabelecida de acordo com a necessidade apresentada pelo paciente, com base não só em sua avaliação, seu diagnóstico e seu plano terapêutico, mas também na troca de informações com os demais profissionais que compõem a equipe. "Nosso objetivo é o preparo do cuidador do paciente, de forma a realizar as atividades propostas pelo fonoaudiólogo. À medida que o paciente se recupera, recebe a alta fonoaudiológica, dada pelo fonoaudiólogo, e a alta do programa, que é discutida por todos os profissionais da equipe".

Cerca de 80 pacientes já receberam acompanhamento por meio desse programa. "Ele tende a crescer e atingir um número ainda maior de pacientes, pois tem mostrado bons frutos com a redução do número de reinternações e de complicações no quadro dos pacientes. São pacientes de várias idades e com as mais variadas patologias e, portanto, com as mais diversas necessidades, fazendo com que seja necessária a discussão dos casos por diferentes profissionais, de forma a garantir atendimento adequado e integral".

BELO HORIZONTE, MG

Tripla vivência

A fonoaudióloga Andréa Motta, de Belo Horizonte/MG, destaca três projetos que garantem a vivência da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade na Universidade Federal de Minas Gerais e que exemplificam as interfaces da Motricidade Orofacial.

O primeiro está sendo realizado no Ambulatório do Respirador Oral do Hospital das Clínicas da UFMG, que, desde a sua implantação, no final de 2002, já avaliou cerca de 350 pacientes. A fonoaudióloga relata que os casos de crianças entre dois e 12 anos encaminhados por outros ambulatórios passam por avaliação multiprofissional nas áreas de Fonoaudiologia, Otorrinolaringologia, Alergologia e Ortodontia. "Os atendimentos, que incluem fibronasolaringoscopia e teste cutâneo, são realizados no mesmo dia e local, e as condutas são discutidas pelo grupo de profissionais. Os alunos da graduação, além de avaliarem os casos, têm a possibilidade de acompanhar o paciente em todos os seus atendimentos".

A Fonoaudiologia tem um importante papel nesse Ambulatório, discute os impactos da respiração oral no sistema estomatognático, e essas informações são com freqüência norteadores das condutas dos demais profissionais.

O segundo projeto vem ocorrendo na Clínica de Ortodontia e Odontopediatria, cujo atendimento iniciou-se em razão da demanda dos próprios professores da Faculdade de Odontologia, em agosto de 2005. Os acadêmicos de Fonoaudiologia avaliam e atendem os pacientes dentro da própria clínica e discutem os casos com os alunos, tanto da Especialização em Ortodontia quanto da Especialização em Odontopediatria. Andréa Motta considera importante ressaltar a implementação, por solicitação dos professores da pós-graduação em Odontopediatria, de triagem de Motricidade Orofacial em todos os pacientes atendidos pela equipe, a qual é acompanhada pelos especializandos.

O terceiro projeto é o do Grupo de Engenharia Biomecânica da UFMG, que envolve pesquisadores das áreas de Saúde e das Engenharias, com o objetivo de estudar o comportamento mecânico de tecidos, órgãos e biomateriais sob a ação de esforços externos e outros tipos de solicitações. Esse projeto teve início em 1998 e conta atualmente com a participação de cerca de vinte integrantes, entre profissionais, professores e alunos de graduação e pós-graduação. Participam do grupo de pesquisa engenheiros, dentistas, fisioterapeutas, médicos e físicos, sob a coordenação de um professor do curso de Engenharia. Em setembro de 2002, a Fonoaudiologia foi incluída no projeto e desenvolveu um instrumento para medir as forças axiais produzidas pela língua humana, que gerou três trabalhos de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado na área.

A fonoaudióloga destaca que essas oportunidades de trabalho têm proporcionado ao discente a possibilidade de vivenciar a transdisciplinaridade, "com troca de saberes muitos diversificados, o que contribui para a formação de um profissional mais qualificado".

RIO DE JANEIRO, RJ

Projeto-piloto é referência em Geriatria

Em 2001, com o aumento da expectativa de vida e o alto índice de idosos internados nos hospitais públicos, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro instituiu concurso para seus três Hospitais Estaduais da capital do Estado, com o objetivo principal de acelerar o processo de alta hospitalar e evitar a reinternação dos pacientes idosos no hospital.

No Hospital Getúlio Vargas, no bairro da Penha, os profissionais do Núcleo Hospitalar de Geriatria (NUHG) desenvolveram e apresentaram um projeto-piloto que partiu da constatação de que, à medida que a família e o cuidador fossem orientados por todos os profissionais de saúde, sentir-se-iam mais seguros para cuidar do paciente e de suas deficiências, em sua própria casa.

A fonoaudióloga Mônica Silva Domingos foi uma das envolvidas na elaboração e na implantação desse projeto, que é desenvolvido por uma equipe formada por profissionais de oito áreas da Saúde: dois enfermeiros, um fisioterapeuta, um fonoaudiólogo, dois médicos, um nutricionista, um psicólogo, dois assistentes sociais e um terapeuta ocupacional.

O Núcleo Hospitalar de Geriatria enfrentou muitas barreiras até que se implantasse o projeto-piloto. Mônica relembra os percalços iniciais: "não tínhamos sala, nem material e havia uma forte pressão para que cada profissional assumisse seu cargo, separando a equipe e inviabilizando o projeto. Em alguns momentos difíceis, quase desistimos, mas fizemos um 'pacto' para continuarmos juntos, lutando, pois só assim o projeto aconteceria".

Com o apoio da direção do hospital, o projeto-piloto ganhou duas salas e foi implantado. "Posso garantir que o grau de satisfação dos pacientes, dos funcionários e dos profissionais do hospital foi muito alto, e hoje nosso projeto é respeitado e, mais do que isso, é referência no hospital, pois fomos aprovados pela Acreditação 2004, que representa o Padrão de Qualidade e Segurança no Atendimento Hospitalar".

Os pacientes acima de 60 anos atendidos na Emergência ou egressos das enfermarias e que apresentem déficit motor, cognitivo, funcional ou depressão são encaminhados ao ambulatório do NUHG para a triagem inicial e o tratamento.

Entre as principais atividades do NUHG, estão a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA), realizada pelo médico; o Treinamento Familiar, no qual cada profissional oferece o apoio técnico referente à sua área aos familiares; o Ambulatório de Egressos, com consultas e avaliações de todos os profissionais envolvidos na reabilitação do paciente; e o Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), para os idosos que apresentem limitações de locomoção.

A atuação específica da Fonoaudiologia é muito abrangente, de acordo com Mônica, que também é formada em Psicologia e é chefe e responsável técnica pelo Setor de Fonoaudiologia da Associação Centro Integrado de Educação Especial Governador (ACIEG/RJ) desde 1989. Ela destaca a Atividade Profissional Educativa, realizada com pequenos grupos ou em forma de palestras no Centro de Estudos do Hospital. "Nesse momento são fornecidas orientações básicas sobre o envelhecimento e suas manifestações fonoaudiológicas e se enfatizam também os aspectos preventivos e de promoção de saúde. O público-alvo são os próprios pacientes, seus familiares e funcionários do hospital".

O fonoaudiólogo também está presente na avaliação da comunicação do idoso (nas questões relacionadas a linguagem, audição, voz e articulação) e no atendimento ambulatorial (em politraumatizados, nas alterações neurológicas, no mal de Alzheimer, na disfagia, na afasia, na apraxia, entre outros), individualmente ou em grupo.

No treinamento familiar (individual ou em grupo), o fonoaudiólogo dá apoio técnico à família no tocante à patologia do paciente, com explicações sobre exercícios e manobras, e orientações quanto à estimulação da fala do paciente. Finalmente, no Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), realizam-se consultas e fornecem-se orientações.

"Posso afirmar, por experiência própria, que a Fonoaudiologia vem crescendo e ampliando seu campo de atuação a cada dia; tornando-se imprescindível dentro dos hospitais, tanto nas enfermarias e nos ambulatórios, como nas CTIs e no atendimento domiciliar, para que os pacientes sejam atendidos tão logo seu quadro clínico esteja estabilizado e se evitem maiores seqüelas e vícios de linguagem, visando, assim, a um melhor prognóstico. Cabe a cada um de nós, fonoaudiólogos, divulgar nosso trabalho, conscientizando a sociedade e as autoridades sobre a importância da Fonoaudiologia, e continuar abraçando nossa profissão com determinação e muito amor!".

Apoio técnico aos programas de saúde

Com uma equipe multiprofissional, composta por assistente social, enfermeiro, fonoaudiólogo, nutricionista, odontólogo e sanitarista, a fonoaudióloga Lucilene de Moraes Pires Cinti é a responsável pelo Grupo de Apoio Técnico (GAT) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, cuja atividade é oferecer suporte técnico e administrativo às equipes dos Programas de Saúde da Família (PSF) e dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Nesse Grupo de Apoio Técnico, a fonoaudióloga está envolvida – além da supervisão e do treinamento das equipes de PACS e dos PSF – na análise dos dados epidemiológicos e participa dos grupos de Educação em Saúde. Também coordena os Programas de Saúde do Idoso, de Saúde do Escolar e de Medicina Alternativa e supervisiona o treinamento dos profissionais em aleitamento materno (que concorre ao título de Unidade Básica Amiga da Amamentação) e dos que acompanham o desenvolvimento infantil nas equipes dos PACS e dos PSF.

Lucilene detalha essa sua atuação. "O Grupo de Apoio Técnico tem a finalidade de atender às necessidades técnico-administrativo-gerenciais das equipes. Para isso, dividimo-nos em diversas funções, como administrar recursos humanos e materiais, manter as unidades, supervisionar as equipes, treinar os profissionais, analisar os dados epidemiológicos, planejar as ações, fazer interconsultas (em consultório e/ou em visita domiciliar) e participar dos grupos de educação em saúde. Temos responsabilidade pelos diversos programas preconizados pela Secretaria Municipal de Saúde (tais como os relacionados a Bolsa-Família, hanseníase, DOTs, mulher, criança, adolescente, idoso, imunização, vigilância epidemiológica, entre outros) e pela interlocução com a rede de referência e com as Coordenações de Saúde da área e da Secretaria, traduzindo-se, desse modo, numa maior resolutividade e na integralidade da assistência".

Vários projetos estão sendo implementados pela fonoaudióloga. Ela cita alguns: o de contador de estórias, o de inclusão escolar (com a identificação de crianças fora da escola e a sua inserção na rede de ensino) e de adultos analfabetos (com a criação de pólos de alfabetização e de levantamento das necessidades dos deficientes da área e seus possíveis encaminhamentos). "Elaborei um Catálogo de Recursos, no qual constam todas as instituições da rede, ONGs, instituições de ensino, entre outras, com informações (endereço, telefone, tipo de atendimento) divididas por área de atenção e ciclo de vida, que foi disponibilizado às equipes para que elas tenham autonomia quanto aos encaminhamentos e à maior resolutividade nos atendimentos às famílias sob sua responsabilidade".

Errata

Ao contrário do publicado na página 12 da última edição, na reportagem "Atendimento integral e novos saberes", a fonoaudióloga Luciana Ferreira Cardoso coordena a atuação de cinco fonoaudiólogas do Laboratório de Estudos da Voz e Audição – LEVA, do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, mas não das fonoaudiólogas do curso de especialização, como dá a entender o texto. A responsável por essa coordenação é a fonoaudióloga Maria Rita Pimenta Rolim. A referência a esse curso ocorreu apenas para ressaltar a presença atual de 20 fonoaudiólogas no Hospital Universitário, diferentemente de quando ingressou na instituição em 1999, quando não havia nenhuma.

Acupuntura é reconhecida pelo SUS

Através da Portaria 971, publicada no Diário Oficial da União de 4 de maio, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS – Sistema Único de Saúde, que reconhece e incentiva as unidades públicas de Saúde a adotarem terapias como a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia e o termalismo/crenoterapia.

Especificamente em relação à acupuntura, a Portaria reconhece a sua prática por parte de todos os profissionais de saúde e não apenas de uma categoria profissional – a dos médicos – ao lembrar que "vários conselhos de profissões da saúde regulamentadas reconhecem a acupuntura como especialidade em nosso país, e os cursos de formação encontram-se disponíveis em diversas unidades federadas".

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, embora não situe a acupuntura como especialidade do fonoaudiólogo, mediante a Resolução 27/2001 concedeu permissão para que esse profissional, com formação mínima estabelecida nessa prática, a utilize como forma suplementar à terapia fonoaudiológica, como em casos de paralisia facial.

Foi justamente o Conselho Federal de Fonoaudiologia, em conjunto com o de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que identificou a necessidade de inclusão da acupuntura na Política Nacional de Práticas Complementares e Integrativas no SUS que se pretendia implantar e levou o assunto para discussão e análise do Fentas – Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área de Saúde, no primeiro trimestre de 2005.

Após debates também no Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), o posicionamento do Fentas foi levado ao CNS – Conselho Nacional de Saúde e resultou em um Grupo de Trabalho formado por trabalhadores da saúde, usuários, gestores e técnicos do Departamento de Atenção Básica do Ministério de Saúde. A proposta final foi levada ao plenário do CNS, em reunião realizada em 9 de fevereiro deste ano, aprovada e transformada em portaria ministerial.

Reação. O texto da portaria do Ministério da Saúde deixa claro que todas as profissões de saúde que reconhecem a acupuntura como especialidade poderão ser remuneradas por esse atendimento no SUS. A categoria médica reagiu a essa decisão em várias frentes, ao ser voto vencido no CNS, com a recomendação do não-cumprimento da Portaria, cuja intenção é monopolizar a acupuntura em detrimento do bem-estar e da saúde social.

Desde 1985, as profissões de saúde vêm normatizando a prática da acupuntura na formação do profissional. A acupuntura, que até 1995 não era aceita pelos Conselhos de Medicina como uma atividade médica, foi reconnhecida como especialidade em 1996, ao mesmo tempo que iniciaram-se malogradas tentativas judiciais para tornar ilegais as resoluções dos demais conselhos regulamentadores da Área da Saúde que davam legitimidade a essa prática.

A acupuntura não é uma especialidade exclusivamente médica em país algum do mundo, de acordo com pesquisas feitas por sociedades acupunturistas brasileiras. É, isso sim, uma das técnicas integrantes da Medicina Tradicional Chinesa, que nada tem a ver com a formação acadêmica do médico ocidental. Além do mais, a portaria do Ministério da Saúde segue criteriosamente a política internacional recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

Presidente do CNE recomenda manutenção de carga horária enquanto se discute novo parecer

Da esquerda para a direita: Ana Cristhina de Oliveira Brasil (Coffito), Maria Thereza Mendonça C. de Rezende (CFFa), Edson Nunes (CNE), Lázaro da Silva Dutra Júnior, (CFBio), e Cinéa Alves Lacerda (CFN)

"Minha recomendação, como presidente do Conselho Nacional de Educação, é de que não haja, por parte das instituições universitárias, nenhuma alteração do tempo de duração e da carga horária dos cursos da área da Saúde, até que as profissões envolvidas e o CNE possam chegar a um consenso", afirmou o professor Edson de Oliveira Nunes, ao receber no dia 9 de agosto, em Brasília/DF, representantes do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS.

O FCFAS compareceu ao Conselho Nacional de Educação para discutir a carga horária das profissões de Saúde não incluídas no Parecer CNE 184/2006, de 7 de julho deste ano. Nesse parecer, que retificou outro parecer, o 329/2004, não sancionado pelo Ministro da Saúde, foi retirada a referência às cargas horárias mínimas dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia, para que pudessem ser analisadas com maior profundidade. Na área da Saúde, apenas Medicina, Medicina Veterinária e Psicologia tiveram suas cargas horárias fixadas. A Terapia Ocupacional, que também havia sido incluída entre os cursos com carga horária fixada, obteve o compromisso do presidente do CNE de ser retirada da Resolução 184.

Para o presidente do CNE, "não há razão alguma para que se alterem de imediato as cargas horárias dos cursos hoje em funcionamento. Não há razão para reduzir, não há razão para aumentar, não há razão para demitir ninguém. As instituições universitárias devem-se manter no que já oferecem, enquanto se abre uma discussão nacional para ouvir todos os segmentos, para se chegar a um patamar razoável".

O compromisso foi assumido pelo presidente do Conselho Nacional de Educação ao receber a coordenadora adjunta do FCFAS, a fonoaudióloga e presidente do CFFa, Maria Thereza Mendonça C. de Rezende, acompanhada por Ana Cristhina de Oliveira Brasil, do Coffito; Lázaro da Silva Dutra Júnior, do Conselho Federal de Biomedicina; e Cinéa Alves Lacerda, do Conselho Federal de Nutricionistas.

Comissão acompanha processo eleitoral

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, em sua última reunião plenária, aprovou a criação da Comissão Especial para Acompanhamento do Processo Eleitoral da Fonoaudiologia. Esta comissão, composta pelas conselheiras Angela Ribas, Silvia Ramos e Celina Resende, atuará durante todo o período em que se desenvolver o processo eleitoral nos Conselhos Regionais, com o objetivo de orientar e assessorar os trabalhos e coordenar recursos em tempo hábil, de maneira que o processo não seja comprometido.

Em 18 de agosto ocorreu em Brasília a primeira reunião da Comissão com os presidentes das Comissões Eleitorais dos Conselhos Regionais, com o objetivo de dirimir dúvidas entre os participantes, fundamentando-se em experiências vivenciadas em eleições passadas.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, em sua última reunião plenária, aprovou a criação da Comissão Especial para Acompanhamento do Processo Eleitoral da Fonoaudiologia. Esta comissão, composta pelas conselheiras Angela Ribas, Silvia Ramos e Celina Resende, atuará durante todo o período em que se desenvolver o processo eleitoral nos Conselhos Regionais, com o objetivo de orientar e assessorar os trabalhos e coordenar recursos em tempo hábil, de maneira que o processo não seja comprometido.

Titulo de Especialista: concurso será em 10 de dezembro

O primeiro concurso de provas e títulos para obtenção de título de especialista profissional nas cinco áreas de especialidades da Fonoaudiologia será realizado no dia 10 de dezembro de 2006 e ocorrerá simultaneamente nas cidades de Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Belém (PA), Recife (PE) e São Paulo (SP). Nas cinco regiões existirá a possibilidade de se fazer o concurso com a finalidade de obtenção do título de especialista em uma das cinco áreas de especialidade da Fonoaudiologia escolhida pelo candidato (Audiologia, Linguagem, Motricidade Orofacial, Saúde Coletiva e Voz). O candidato só fará as provas específicas para a especialidade selecionada.

O concurso será realizado pela Vunesp - Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista, uma fundação pública, sem fins lucrativos, criada em 1979 pelo Conselho Universitário da Unesp.

As inscrições poderão ser feitas pela Internet ou diretamente em agências bancárias. **O período de inscrição será de 16 de outubro de 2006 até 31 de outubro de 2006.** O edital e outras informações estarão disponibilizadas nos sites da Vunesp *(www.vunesp.com.br)* e do *CFFa (www.fonoaudiologia.org.br).*

Concurso de provas e títulos: convênio com SBFa e ABA

O concurso de provas e títulos para obtenção e renovação de título de especialista profissional nas cinco áreas de especialidades da Fonoaudiologia reconhecidas pelo CFFa, criado pelas novas resoluções do CFFa que tratam do assunto , terá o envolvimento da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia - SBFa e da Academia Brasileira de Audiologia -ABA. O documento que estabelece este convênio e cria a a Comissão Conjunta para Títulos de Especialista na Fonoaudiologia (CCTEF), está em análise final pelas assessorias jurídicas das três entidades envolvidas.

As entidades serão responsáveis pela fixação dos critérios de pontuação para prova de títulos, determinação do conteúdo a ser avaliado e a respectiva bibliografia para as provas de conhecimentos específicos (uma para cada especialidade). Também estabelecerão os critérios de pontuação para o processo de renovação de títulos de especialista aos profissionais já portadores de título de especialista concedido pelo CFFa.

O concurso deverá constar de análise de títulos e de prova escrita (objetiva e discursiva). Os temas serão de responsabilidade da SBFa e da ABA e a primeira prova está prevista para ocorrer em novembro próximo. Outros concursos deverão ser realizados no futuro, com intervalo mínimo de dois anos, para a concessão desses títulos. Somente fonoaudiólogos com tempo mínimo de três anos de registro no CRFa poderão submeter-se ao concurso para concessão de título de especialista concedido pelo CFFa.

A vice-presidente do CFFa, Celina Pieroni de A. Rezende considera importantíssimo este processo de democratização da concessão e renovação de títulos de especialista profissional, com o envolvimento das entidades científicas na formulação de critérios de pontuação. Cabe ao CFFa a responsabilidade pela legislação do processo.

Para a presidente da SBFa, fonoaudióloga professora doutora Fernanda Dreux Miranda Fernandes, a participação neste processo de concessão de título de especialistas responde ao próprio estatuto da Sociedade, que possibilita a concessão de títulos de especialista em consonância com o Conselho Federal de Fonoaudiologia. "Não temos a estrutura suficiente para fazer esse processo com abrangência nacional neste momento, mas podemos e devemos participar de todos os aspectos que envolvem a Ciência Fonoaudiologia. Estamos fornecendo a sustentação científica, informações bibliográficas e de temário para a confecção das provas teóricas e discutindo a pontuação de currículo. Em conjunto com a ABA, o Departamento de Audição e Equilíbrio da SBFa realiza uma articulação muito tranqüila e serena".

A presidente da ABA – Academia Brasileira de Audiologia, professora doutora Eliane Schochat, também acredita que, com a assinatura do convênio que oficializa a junção das sociedades científicas com o conselho regulamentador profissional para o estabelecimento de critérios de pontuação para a prova e títulos, os resultados serão extremamente positivos para a Fonoaudiologia e para maior grandeza da profissão.

"Entendo que uma proposta que diz que uma pessoa não é especialista para a vida inteira consolida a ciência e a própria profissão', garante a profa. dra. Fernanda Dreux."Esta proposta tem tudo a ver com o que se faz nos países do primeiro mundo e para isso precisamos nos estruturar para pontuar as atividades de formação continuada de forma rigorosa e específica. Não falta gente que precise de Fonoaudiologia. O que falta é espaço de mercado, que só pode ser preenchido por qualidade, e esse processo vai contribuir para isso".

CFFa integra colegiado do CNS

Parte dos representantes do segmento das entidades nacionais de profissionais de Saúde no CNS, em companhia do ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva

Pela primeira vez em seus 70 anos de existência, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou um processo eleitoral para a definição dos membros do colegiado e deu um importante passo para a efetivação do controle social. Ao todo, 116 entidades e movimentos sociais se inscreveram para concorrer às vagas de conselheiros dos segmentos de Usuários, de Trabalhadores da Saúde e Comunidade Científica e de Prestadores de Serviço e Empresariado com atividade na área da Saúde. Nos três segmentos houve consenso, sem necessidade de votação prevista para o período da tarde. O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)conquistou vaga de primeiro suplente, como um dos representantes das entidades nacionais de profissionais de Saúde.

Para o ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, a eleição no Conselho Nacional representa uma conquista singular para a saúde pública brasileira. "É um momento de aperfeiçoamento do Conselho Nacional de Saúde que deve implicar também no aperfeiçoamento dos conselhos estaduais e municipais de saúde", afirmou o ministro durante a cerimônia de abertura da eleição.

A posse do novo Conselho Nacional de Saúde ocorreu em 15 de setembro, em cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Contas da União em Brasília e presidida pelo ministro da Saúde, Agenor Álvares da Silva. Nessa ocasião, a presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Maria Thereza Mendonça C. de Rezende foi empossada como uma das integrantes do colegiado *(foto abaixo)*.

Dos 48 conselheiros titulares, 24 representam entidades e movimentos sociais de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); 12 representam entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica; dois representam entidades prestadoras de serviço; e dois representam entidades empresariais da área da saúde. No segmento dos gestores, seis conselheiros representam o governo federal e outros dois representam o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). Uma das novidades é a participação do movimento estudantil, da população negra, de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, de ambientalistas, de defesa do consumidor e dos direitos humanos.

A lista completa das entidades e dos movimentos sociais eleitos para compor o Pleno do CNS, no período de 2006 a 2009, está disponível na página do Conselho Nacional de Saúde em *www.conselho.saude.gov.br* .

Desenvolvedor de *software* destaca papel do fonoaudiólogo

Um conjunto de jogos para computador, controlados pelo microfone, fez parte da tese de doutoramento "Jogos Computacionais Fonoarticulatórios para Crianças com Deficiência Auditiva", apresentada na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp, em 2000, pelo professor e engenheiro eletricista Antonio Marcos de Lima Araújo, sob supervisão do professor doutor Fábio Violaro, também engenheiro. Hoje, esse software está disponível, sem custo, aos profissionais voltados aos problemas da deficiência da audição.

Os Jogos de Voz (este é o nome do software) visa proporcionar um ambiente lúdico no qual o deficiente auditivo possa aprimorar o controle fonoarticulatório. O sistema começou a ser desenvolvido entre 1994 e 1996, em trabalho conjunto realizado por professores e alunos da Universidade Federal do Pará e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, com apoio do Instituto Felipe Smalldone. A tese do professor Antonio Marcos teve como objetivo ampliar e aprimorar esse sistema protótipo desenvolvido para auxílio ao aprimoramento da voz por deficientes auditivos. O professorAntonio Marcos hoje é diretor acadêmico do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - Iesam, em Belém (PA).

Apresentado sob a forma de jogos de computador, operando inicialmente ainda no sistema operacional DOS, alguns algoritmos desenvolvidos para codificação e transmissão de voz utilizaram parâmetros obtidos para outras línguas. "O aplicativo para vogais, por exemplo, utiliza dados médios dessas vogais obtidos para a língua inglesa", destaca o professor Marco Antonio.

"Os modelos matemáticos precisaram ser adequados aos objetivos dos exercícios a serem realizados e suficientemente precisos de forma a garantir uma adequada de retroalimentação para a criança", relembra o professor.

Interação com o fonoaudiólogo. "O caráter multidisciplinar do trabalho exigiu uma interação constante com fonoaudiólogos" – continua o professor - "para que pudéssemos avaliar a aplicabilidade e as limitações do sistema protótipo, com o intuito de determinar quais modificações precisavam ser realizadas e como deveria o sistema ser ampliado".

O professor Marco Antonio lembra que "a comunicação humana é influenciada por diversos fatores, como os biológicos, os sociais, os ambientais, entre outros. Resulta de aprendizagem e pode desencadear conseqüências psicológicas na sua falta ou limitação. É fundamental, portanto, que o profissional que atue nas restrições da comunicação em geral e especialmente na deficiência auditiva tenha formação que contemple uma visão holística".

Para o diretor acadêmico do Iesam, "o fonoaudiólogo. É um profissional ímpar, que tem na sua formação conhecimentos sobre a biologia envolvida, da física acústica, do desenvolvimento, da aprendizagem e da psicologia envolvida, o lhe que permite uma atuação consistente e coerente na deficiência auditiva".

Ponto de partida. Os "Jogos de Voz" estão divididos em dois grupos: os jogos para exercício de aprimoramento de fonte e os jogos para aprimoramento do posicionamento articulatório ou para exercício do filtro.

O professor Antonio Marcos detalha os estudos realizados para a obtenção das características da voz, em especial de crianças e adolescentes. "Exigiu a montagem de um banco de dados com gravações de palavras isoladas e fonemas sustentáveis realizados por crianças, e fonemas sustentáveis realizados por adolescentes. O banco de dados serviu de base para o desenvolvimento e o aprimoramento dos modelos matemáticos propostos para a caracterização das vozes de crianças e adolescentes, assim como para obtenção dos dados referenciais dos parâmetros resultantes".

"Este trabalho, que partiu das informações obtidas junto aos grupos de pesquisa que utilizaram (e avaliaram) o protótipo inicial, se concentrou na concepção dos jogos computacionais que possibilitassem a realização de exercícios fonoarticulatórios, no desenvolvimento e/ou aprimoramento dos algoritmos que fornecessem características da voz e possibilitassem a animação dos jogos, e na obtenção dos valores referenciais dos parâmetros empregados, em especial para crianças e adolescentes".

Fonoaudiólogas avaliam. O professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará , destaca dois estudos realizados por fonoaudiólogas que utilizaram como ponto de partida os "Jogos de Voz".

A fonoaudióloga Silvana Bommarito, na sua pesquisa de doutorado apresentada à Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, trabalhou com 20 indivíduos com idades entre oito e 28 anos, de ambos os sexos, com perda auditiva neurosensorial, bilateral, de grau severo a profundo, congênita ou adquirida até o segundo ano de vida.

Silvana realizou 16 sessões de uma hora, sendo 30 minutos destinados a exercícios de voz e outros 30 minutos com os jogos computadorizados. A autora verificou diminuição estatísticamente significante das freqüências fundamental modal e máxima, das médias dos valores de jitter e schimmer e dos valores do ruído glótico. Foi realizada uma avaliação perceptivo-auditiva pré e pós-aplicação do estudo sendo verificado melhora significativamente do grau geral de alteração da voz em cerca da metade dos indivíduos, enquanto a inteligibilidade da fala melhorou significativamente em 80% dos casos.

A fonoaudióloga clínica Ana Cristina de O. Mares Guia, professora substituta do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Minas Gerais e a fonoaudióloga Ana Cristina Cortes Gama, professora substituta do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Minas Gerais, em um trabalho vocal de uma criança portadora de deficiência auditiva, concluíram que os recursos computacionais se mostraram eficientes para o controle de voz do deficiente auditivo, tanto quanto para o aprimoramento do controle da freqüência fundamental, do aumento do tempo máximo de fonação e da inteligibilidade de fala.

O *software* "Jogos de Voz" pode ser copiado, instalados e distribuído livremente por pessoas físicas ou instituições, públicas ou privadas, sem quaisquer ônus. Por ser gratuito, não pode ser comercializado e os trabalhos científicos que utilizarem estes jogos devem fazer referência direta a este trabalho. O *site* para *download* dos "Jogos de Voz", assim como de seu manual e a tese de doutoramento do prof. Antonio Marcos de Lima Araújo se encontram em *http://www.jogosdevoz.eng.br*

Libras chega aos cursos superiores

Reconhecida oficialmente há quatro anos pela Lei 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada como disciplina obrigatória em cursos de formação de professores e deve também ser incluída no currículo das licenciaturas dos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia e Educação Especial, sejam eles oferecidos por instituições públicas ou por estabelecimentos privados.

Os dois primeiros exemplos de sua aplicação ocorreram, quase simultaneamente, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Na antiga capital federal, um curso superior bilíngüe passou a ser oferecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), e suas aulas tiveram início em 8 de junho. Em terras catarinenses, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) coordena nove instituições federais de ensino superior para o oferecimento de 500 vagas para graduação em Letras e Libras, realizou seu primeiro vestibular em 27 de agosto, com 3.162 candidatos inscritos. As aulas tiveram início em 15 de setembro.

No Rio, Magistério Superior Bilíngüe. Sessenta professores, uma parte de deficientes auditivos e a outra de ouvintes, foram selecionados pelo INES – Instituto Nacional de Surdos, em fevereiro e março deste ano, para compor o primeiro curso de Magistério Superior Bilíngüe Português/Língua Brasileira de Sinais (Libras), iniciado em 8 de junho, no Rio de Janeiro/RJ. As aulas são ministradas em Língua Brasileira de Sinais. Os estudantes ouvintes selecionados no vestibular tiveram que provar fluência em Libras.

A primeira experiência do gênero no país terá duração de 3.536 horas e estágio supervisionado de 408 horas. Os professores serão habilitados a trabalhar com educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, após certificação do Instituto Superior Bilíngüe de Educação, vinculado ao Ines.

O objetivo desse curso é formar professores bilíngües para atender à política de educação inclusiva nas redes públicas e nas escolas especializadas sem fins lucrativos. De acordo com Stny Basílio Fernandes do Santos, diretora da instituição que é centro de referência do Ministério da Educação (MEC), a iniciativa do Ines, como também a da UFSC são essenciais para ampliar o restrito grupo de pessoas com deficiência auditiva que hoje está nas universidades. Em recente entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, ela observou que são menos de mil, dos quais 974 estão em faculdades privadas. "Embora as faculdades estejam abertas para receber as pessoas com deficiência auditiva, elas ainda não estão preparadas. Os professores falam enquanto escrevem na lousa. Isso impede a leitura labial."

Ainda de acordo com informações que forneceu na entrevista, no ensino básico e no médio, a presença dos surdos também é pequena. Segundo o último censo do IBGE, 5,7 milhões de brasileiros são portadores de deficiência auditiva, e, desse total, mais de 500 mil estão na faixa entre zero e 17 anos. "No entanto, nem 70 mil (14%) estão matriculados no ensino básico ou no médio em 2005".

Licenciatura com Libras em nove Estados. Com vestibulares realizados em 27 de agosto deste ano, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com outras nove instituições de ensino superior públicas, também abriu curso voltado a professores que trabalham com Libras em sala de aula, oferecendo licenciatura em Letras e Libras. O curso, com duração de quatro anos, terá a modalidade semipresencial, e os recursos alocados pelo Ministério da Educação alcançam R$ 5 milhões.

O processo seletivo foi realizado em etapa única, com duas provas: 15 questões de conhecimentos gerais, formuladas em Libras, e cinco com conteúdos da língua portuguesa, em português. Os candidatos concorreram nas categorias Instrutor Surdo de Libras Certificado, Surdo Fluente em Libras ou Ouvinte Fluente na Língua Brasileira de Sinais (a nomenclatura utilizada pelo MEC ainda não utiliza a nomenclatura politicamente correta "deficientes auditivos").

Das 500 vagas, a UFSC – que coordena os cursos – oferece 60. As demais instituições, 55 cada uma. Na UFSC, concorreram 402 candidatos; na Universidade de Brasília (UnB), 570; na Universidade Federal do Ceará (UFCe), 310; no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Goiânia, 341; na Universidade Federal do Amazonas (UFAm), 182; no Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), 388; na Universidade Federal da Bahia (UFBa), 340; na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 183; na Universidade de São Paulo (USP), 446.

Entre os concorrentes, 677 são deficientes auditivos; 599, instrutores deficientes auditivos e 1.886, ouvintes. A UnB tem o maior número de candidatos deficientes auditivos (143) e o Ines, o de instrutores deficientes auditivos (110). A UnB e a USP têm os maiores números de inscritos ouvintes – 348 e 310, respectivamente. O início das aulas está previsto para 15 de setembro.

Concurso público no Ines

O Ines abriu concurso público para provimento de vagas para os cargos de professor de 3º grau e de professor de 1º e 2º graus. Os candidatos aprovados e classificados no concurso, investidos nos cargos, deverão obrigatoriamente freqüentar curso de Libras oferecido pelo Ines. Para o magistério superior, são oferecidas dez vagas, em dez diferentes áreas. Para uma delas (opção D), um dos pré-requisitos é graduação em Fonoaudiologia e mestrado em Lingüística ou Lingüística Aplicada. O prazo para inscrição, pela Internet ou em agências dos Correios credenciadas, foi prorrogado até 6 de outubro. Informações adicionais em http://www.ines.org.br/paginas/concurso_publico/index.htm.

Mercado rejeita curso de três anos

Com este título, o Jornal da UniDF (edição de junho/julho deste ano), publicado pelo Centro Universitário do Distrito Federal publicou texto em que dá conta que o Conselho Federal de Administração repudia a oferta de cursos de bacharelado com três anos de duração e que não vai conceder o registro profissional aos alunos oriundos desses cursos. O diretor da Faculdade de Ciências Gerenciais e Exatas da UniDF concordou com a decisão. Para ele, essa carga horária se aproxima mais de um curso de especialização do que de graduação.

O Conselho Federal de Biomedicina foi mais longe. Através de resolução de 16 de junho deste ano, usou a prerrogativa de definir o limite de competência no exercício profissional e decidiu que só aceitará inscrições de profissionais biomédicos que tenham concluído curso com, no mínimo, quatro mil horas de duração, que considera o mínimo necessário para o desenvolvimento do conteúdo programático e da formação dos profissionais. A resolução será válida para ingressantes a partir de janeiro de 2007.

O surgimento de cursos com carga horária inferior às necessidades mínimas da formação preocupa o Conselho Federal de Fonoaudiologia, que já expressou sua posição contrária a esta pretensão em diversas reuniões e audiências realizadas no âmbito do Ministério da Educação. Se esta oferta é preocupante para a área de Exatas, mais ainda para a área de Saúde, onde o interesse mercantilista de baratear custos em nenhuma hipótese pode sobrepujar a oferta de uma formação que garanta qualidade e resolutividade à população.

Ao apoiar as decisões dos Conselhos Federais de Administração e de Biomedicina, que vêm ao encontro do pensamento de todo cidadão compromissado com a qualidade da formação, o CFFa também dá início a providências para criar mecanismos que inibam a abertura de cursos abaixo do padrões mínimos exigidos pela sociedade.

Salvador: audiência discute inserção na rede pública

A Implantação da Fonoaudiologia na rede pública da Saúde e da Educação foi tema de audiência pública realizada em Salvador/BA, no dia 26 de julho, por iniciativa do vereador Odiosvaldo Bonfim Vigas, integrante da Comissão Permanente de Saúde, Planejamento Familiar, Seguridade e Previdência Social da Câmara Municipal de Salvador/BA.

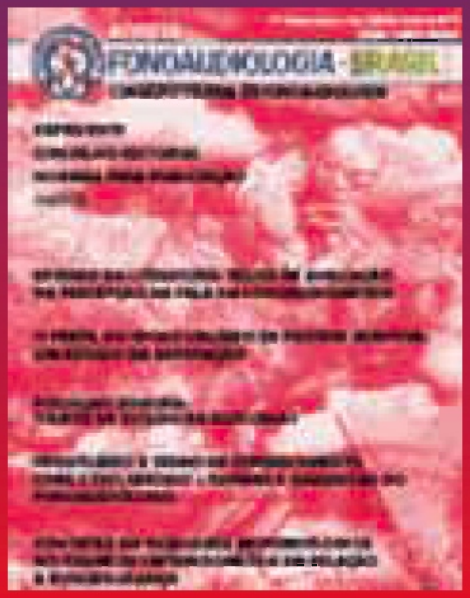
Com auditório lotado, estiveram presentes representantes de todas as faculdades de Fonoaudiologia de Salvador (UFBa, Uneb, Jorge Amado e Unime), além de representantes da Associação dos Fonoaudiólogos do Estado da Bahia (Aprofeb) e outras entidades que atuam na área social com deficientes auditivos. Estiveram presentes, também, muitos profissionais e estudantes.

Após a exposição sobre as diversas áreas de atuação do fonoaudiólogo, agendou-se a discussão do assunto em tribuna da Câmara, com outros vereadores e com a presença dos Secretários da Educação e da Saúde. Desse encontro deverá ser definida proposta de projeto de lei sobre a inserção do fonoaudiólogo nas áreas públicas da Saúde e da Educação da capital baiana.

Capes aprova doutorado da Tuiuti

A Capes, órgão do Ministério da Educação que fiscaliza os cursos de pós-graduação no Brasil, aprovou, em 14 de julho, o Programa de Doutorado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Esse é o primeiro Programa de Doutorado da UTP, justamente na área da Fonoaudiologia, que já contava com cursos de graduação, especialização e mestrado.

O programa de doutorado da UTP em Distúrbios da Comunicação é o primeiro da região sul e um dos três únicos do País. Foi aprovado com a nota quatro, a mesma conferida aos programas de Doutorado da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), as outras duas entidades que ofertam esse doutorado, ambas de São Paulo.



Fique Informado!

Acesse

www.fonoaudiologia.org.br

e leia a Revista

FONOAUDIOLOGIA • BRASIL

A revista virtual do 1o. semestre de 2006 já está disponível online. Acesse o site do CFFa e comprove como ele está mais interativo.

Confira os artigos

Fonoaudiologia e saúde coletiva: prioridades detectadas pelos usuários de unidades básicas de saúde

Periódicos nacionais em Fonoaudiologia: caracterização de termos

Caracterização do perfil dos profissionais que atuam em instituições de atendimento a portadores de autismo

Erros na localização sonora por bombeiros ouvintes normais

A percepção dos efeitos da poluição sonora em uma região da cidade de Curitiba

Saiba como mandar seu texto para a revista

A produção científica na área da Fonoaudiologia vem evoluindo principalmente em qualidade. Tal fato decorre do amadurecimento dos estudantes e profissionais que em seus trabalhos de conclusão de cursos de graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, vêm absorvendo o método científico nas suas produções. Essa realidade demonstra a preocupação do fonoaudiólogo em desenvolver protocolos de coleta e dispor de subsídios de técnicas de análise dos dados para sistematização da sua prática em teoria.

Precisamos não só produzir cientificamente mas também citar nossos pares. Solicitamos que todos os autores que desejarem encaminhar trabalhos para a Revista Fonoaudiologia Brasil tenham a preocupação de citar artigos produzidos por outros fonoaudiólogos, de preferência em revistas indexadas para que possamos fortalecer nossas áreas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.